

GABRIELA MIQUELOTO SCHMITZ

**COOPERATIVISMO AGROPECUÁRIO NO OESTE CATARINENSE:
UM ESTUDO DE CASO DA COOPEROESTE**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental, do Centro de Ciências Humanas e da Educação, da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental.
Orientador: Dr. Fábio Napoleão

**Florianópolis, SC
2019**

Miqueloto Schmitz, Gabriela

COOPERATIVISMO AGROPECUÁRIO NO OESTE
CATARINENSE: UM ESTUDO DE CASO DA COOPEROESTE /
Gabriela Miqueloto Schmitz. -- 2019.

102 p.

Orientador: Fábio Napoleão

Dissertação (mestrado) -- Universidade do Estado de Santa
Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de
Pós-Graduação Profissional em Planejamento Territorial e
Desenvolvimento Socioambiental, Florianópolis, 2019.

1. Leite. 2. Cooperativismo. 3. Movimento dos Trabalhadores
Rurais Sem Terra. 4. Agroindústria. 5. Santa Catarina. I. Napoleão,
Fábio. II. Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de
Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação
Profissional em Planejamento Territorial e Desenvolvimento
Socioambiental. III. Título.

GABRIELA MIQUELOTO SCHMITZ

**COOPERATIVISMO AGROPECUÁRIO NO OESTE CATARINENSE: UM
ESTUDO DE CASO DA COOPEROESTE**

Dissertação julgada adequada para obtenção do Título de Mestre/a em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental junto ao Curso de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental – PPGPLAN / Profissional do Centro de Ciências Humanas e da Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.

Florianópolis, 05 de dezembro de 2019.

Banca Examinadora:

Presidente/a:

Prof. Dr. Fabio Napoleão
Universidade do Estado de Santa Catarina

Membro:

Rui Rego Bentoy
Profª Drª Marilú Angela Campagner May
Universidade Federal do Pampa

Membro:

Jair Valdati
Prof. Dr. Jairo Valdati
Universidade do Estado de Santa Catarina

“Precisamos vencer a fome, a miséria e a exclusão social.
Nossa guerra não é para matar ninguém - é para salvar vidas”
(Luiz Inácio Lula da Silva)

RESUMO

A Região Oeste catarinense é uma das mais dinâmicas do Brasil em relação a bovinocultura de leite. A relevância do setor tanto para a economia catarinense quanto para a economia brasileira pode ser vista através da grande quantidade de indústrias e cooperativas na região, além da expressiva mão de obra empregada na atividade. Esta pesquisa propõe estudar o desenvolvimento da Cooperoeste – Cooperativa Regional de Comercialização do Extremo Oeste, no contexto da Formação Socioespacial do Oeste Catarinense articulada com a ideia de combinações geográficas tendo como objetivo analisar a evolução do cooperativismo no extremo Oeste catarinense bem como os conflitos pelo direito a terra que se desencadearam na região. A importância da proposta decorre da magnitude da importância do cooperativismo e da economia láctea para Santa Catarina, além do grande número de famílias atreladas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST que participaram da formação da proposta industrial em tela. A concretização do estudo se deu através de revisão bibliográfica, sistematização de dados e pesquisa de campo.

Palavras-chave: Leite. Cooperativismo. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Agroindústria. Santa Catarina.

ABSTRACT

The Santa Catarina West Region is the most dynamic in Brazil in relation to dairy cattle. The relevance of the sector to the Santa Catarina and Brazilian economy can be noticed through the large number of industries and cooperatives in the region. Contains labor in this activity. This research studied the development of Cooperoest – Far West Regional Marketing Cooperative, in the context of Western Santa Catarina Socio-spatial Formation articulated with the idea of geographic combinations. The objective of this study was to analyze the evolution of cooperativism in the far west of Santa Catarina as well as the conflicts over land rights that started in the region. The importance of this study comes from the magnitude of the importance of cooperativism and the dairy economy for Santa Catarina. Including the large number of families linked to the Landless Rural Workers Movement (MST) who participated in the formation of the industrial proposal in question. The study was carried out through literature review, data systematization and field research.

Keywords: Dairy cattle. Cooperativism. Landless Rural Workers Movement. Agribusinesses. Santa Catarina.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Número de cooperados, por ramo, 2018	54
Gráfico 2 Número de empregados por ramo 2018	54
Gráfico 3 Número de Cooperativas, por ramo, 2018	55
Gráfico 4 Ingressos/receitas totais, por ramo,2018.	55
Gráfico 5 Distribuição da área total dos imóveis rurais (1) por categoria	57
Gráfico 6 Composição da renda em Santa Catarina	65

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Área de Estudo	19
Figura 2 Mapa da ferrovia São Paulo - Rio Grande	22
Figura 3 Ocupação do Médio e Extremo Oeste de Santa Catarina.....	24
Figura 4 Distribuição das 1.894 agroindustrias por mesorregião geográfica de SC..	31
Figura 5 Principais destinos das exportações de Santa Catarina em 2017	35
Figura 6 Símbolo da Cooperoeste.....	71
Figura 7 Cooperoeste - Industria de leite longa Vida em São Miguel do Oeste/ SC .	72
Figura 8 Silos de armazenagem do leite - Cooperoeste	78
Figura 9 Cooperoeste - Processo de industrialização	78
Figura 10 Cooperoeste - Processo de industrialização	79
Figura 11 Cooperoeste - Processo de industrialização	80
Figura 12 Cooperoeste - Processo de industrialização	80
Figura 13 Cooperoeste - Processo de industrialização - Resíduos.....	81

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Número de estabelecimentos agropecuários em 2017	33
Tabela 2 Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários em 2017	33
Tabela 3 Número de estabelecimentos agropecuários por forma de obtenção das terras (2017).....	34
Tabela 4 Produção pecuária – Posição e participação de Santa Catarina no Brasil – 2016	39
Tabela 5 Número de produtores comerciais em Santa Catarina.....	40
Tabela 6 Valor Bruto da produção dos principais produtos da agropecuária em SC – 2017	41
Tabela 7 Cooperativismo no Mundo (2012) (Continua).....	45
Tabela 7 Cooperativismo no Mundo (2012) (Conclusão)	46
Tabela 8 Formação da Renda – Principais Produtos em Santa Catarina	66
Tabela 9 Comercialização da Cooperocoeste por Estado	74
Tabela 10 COOPEROESTE – 20 Maiores Clientes entre Janeiro e Junho de 2016.	75

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Colonizadoras no Oeste catarinense: sede e respectivas áreas de atuação.....	23
Quadro 2	Diferenças entre Sociedade Cooperativa e Sociedade Mercantil.....	44
Quadro 3	Localização dos assentamentos do MST em Santa Catarina, 2015	63
Quadro 4	Demonstrativo da participação dos associados fundadores da Cooperoeste	69
Quadro 5	Empresas em atividade no município de São Miguel do Oeste – SC – 2019	70
Quadro 6	Assentamentos que fornecem leite para a cooperoeste 2018.....	76
Quadro 7	Setores da Cooperoeste por turno de funcionamento	77

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

%	Porcentagem
ASCOOP	Associação das Cooperativas de Santa Catarina
CCAs	Cooperativas Centrais da Reforma Agrária
CCRs	Cooperativas de Comercialização Regionais
Cepa	Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola
CIA	Companhia
Cidasc	Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina
Coanol	Cooperativa de Comercialização
Coceargs	Cooperativa Central dos Assentamentos do RS LTDA
Collor	Fernando Affonso Collor de Mello
Concra	Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
Concrab	Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária do Brasil
Coopanor	Cooperativa de Produção Agropecuária, Comercialização e Prestação De Serviços
Coopercentral	Cooperativa Central da Agricultura Familiar, Reforma Agraria, de Trabalho e de Economia
Cooperoeste	Cooperativa Regional de Comercialização do Extremo Oeste
Cooperprima	Cooperativa Agrícola de Rio Maior
Cooptar	Cooperativa de Produção Agropecuária Cascata Ltda.
Cooptil	Cooperativa de Produção E Trabalho Integração Ltda.
CPas	Cooperativas de Produção Agropecuárias
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional

Eletrobrás	Centrais Elétricas Brasileiras S.A.
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Epagri	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
EUA	Estados Unidos da América
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FHC	Fernando Henrique Cardoso
GCS	Grupos Coletivos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Iterra	Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária
LTDA	Limitada
Mapa	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Mercosul	Mercado Comum do Sul
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OCB	Organização Cooperativista Brasileira
OCESC	Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina
Petrobrás	Petróleo Brasileiro S.A.
Procera	Programa Especial de Crédito a Reforma Agrária
PIB	Produto Interno Bruto
RJ	Rio de Janeiro
RS	Rio Grande do Sul
SC	Santa Catarina
SCA	Sistema Cooperativista dos Assentamentos

Sinditabaco	Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco
SP	São Paulo
TAC	Curso Técnico em Administração de Cooperativas
Uleica	Leite Catarinense S.A.
UNB	Universidade de Brasília
Unicafes	União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária
Unicopas	União Nacional das Organizações Cooperativas Solidárias
Unisol	Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários
US\$	DOLAR AMERICANO
Usda	Departamento de Agricultura dos Estados Unidos

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	FORMAÇÃO SOCIO ESPACIAL DO OESTE CATARINENSE	20
2.1	ANTECEDENTES HISTÓRICOS.....	20
2.2	DINAMISMO AGROINDUSTRIAL	25
2.2.1	Características atuais do agronegócio catarinense.....	31
2.2.2	O leite no Oeste catarinense	36
3	A QUESTÃO DO COOPERATIVISMO	42
3.1	PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS.....	42
3.2	O COOPERATIVISMO EM SANTA CATARINA	51
3.3	O COOPERATIVISMO E O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA	56
4	GÊNESE E EVOLUÇÃO DA COOPEROESTE	67
4.1	TRAJETÓRIA DE UMA INICIATIVA PIONEIRA	67
4.2	A COOPEROESTE HOJE	72
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
	REFERÊNCIAS.....	85
	BIBLIOGRAFIA	96

1 INTRODUÇÃO

O Brasil Meridional teve seu desenvolvimento ancorado na colonização italiana, alemã, polonesa e holandesa. Tais imigrantes, favorecidos por boas condições edafoclimáticas e ao acesso à terra fizeram do Oeste Catarinense um núcleo agrícola de grande potencial, onde se encontram atualmente algumas das maiores cooperativas agropecuárias do Brasil.

Santa Catarina é o 4º maior produtor de leite do Brasil (desde 2016), sendo a região Oeste a maior produtora do Estado. A atividade leiteira se constitui num segmento estratégico para os pequenos produtores sendo uma alternativa vantajosa para os pequenos agricultores, pois permite sua inserção econômica nos mercados regionais e nacionais.

A pesquisa se consolidou a partir de um estudo de caso da Cooperoeste (Cooperativa Regional de Comercialização do Extremo Oeste) que foi instituída por agricultores assentados da Reforma Agrária no município de São Miguel do Oeste – SC em 1998. A cooperativa está inserida, na maior bacia leiteira do estado de Santa Catarina e é produtora de leite e derivados, seus propósitos são o rompimento com as ações das grandes empresas e a melhoria das condições de vida dos camponeses assentados (MST). A indústria serve de base para a promoção do desenvolvimento dos associados em suas propriedades, garantindo a Cooperoeste importância na totalidade do desenvolvimento dos envolvidos

A região oeste de Santa Catarina foi palco de luta pelo acesso à terra. No ano 1985 iniciaram as ocupações de famílias ligadas ao MST e que resultaram nos assentamentos existentes na região.

Este trabalho dedica-se ao estudo do cooperativismo agropecuário no Extremo Oeste catarinense, dando ênfase no caso da Cooperoeste. Para isso o objetivo fundamental se estabelece em analisar a evolução do cooperativismo no extremo Oeste catarinense bem como os conflitos pelo direito a terra que se desencadearam na região. Além disso, o estudo propõe como objetivos específicos:

1. Entender a importância do cooperativismo para o MST;
2. Compreender o desenvolvimento do cooperativismo agropecuário no Estado de Santa Catarina;

3. Compreender o contexto histórico e econômico que levou ao surgimento da Cooperoeste;
4. Entender de que forma a cooperativa atua para o desenvolvimento dos assentados e da manutenção dos princípios norteadores do MST;

A escolha do tema justifica-se por permitir compreender de forma ampla: 1) o forte dinamismo econômico de nosso Estado; 2) o surgimento do cooperativismo no sul do Brasil e 3) a necessidade de constituir uma renda no interior dos assentamentos para desenvolvimento e integração das famílias assentadas a economia da região.

As cooperativas agroindustriais no Oeste catarinense vão surgir em meados da década de 1960, como alternativa aos pequenos agricultores que se encontravam nas mãos de atravessadores dos grandes centros.

A reforma agraria foi considerada a mais importante bandeira de luta do MST, entretanto o aumento do número de assentados que em sua maioria continuavam na miséria fez aflorar outra importante necessidade, uma alternativa de enquadrá-los na economia e gerar renda para a manutenção das famílias. O cooperativismo nos assentamentos passou a representar a principal saída para a organização do trabalho e viabilidade econômica da produção.

Para estruturar o trabalho utiliza-se o paradigma interpretativo de formação socioespacial concebido por Santos (1977), com as ideias difundidas por André Cholley (1964).

Milton Santos, formulou o paradigma de formação sócio-espacial apoiando-se no conceito de formação econômica e social desenvolvido por Marx. O paradigma exposto por Santos entende o espaço humano como um fato histórico. Segundo Santos (1982) em seu artigo intitulado Sociedade e Espaço: A Formação Social como Teoria e como Método, “os modos de produção tornam-se concretos sobre uma base territorial historicamente determinada. Deste ponto de vista, as formas espaciais seriam uma linguagem dos modos de produção. Daí, na sua determinação geográfica serem eles seletivos, reforçando desta maneira a especificidade dos lugares.”¹

¹ SANTOS, M. **Espaço e Sociedade**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1982. p. 14

O desenvolvimento de cada região é pautado também pela combinação de elementos naturais e humanos. Cholley (1964) sugere considerar, na análise da organização espacial, a combinação de elementos físicos, biológicos e humanos já que esses “respondem a medidas bem determinadas com relação ao espaço e o tempo”² sendo portanto responsáveis pela configuração espacial ao longo do tempo.

A região Oeste de Santa Catarina é marcada pela sucessão de três combinações: a Pastoril, a extractiva e a agrícola. Os elementos existentes em cada uma das combinações (Físicos, Humanos e Biológicos) forneceram as condições iniciais para a ocupação e posterior desenvolvimento econômico da região. O conjunto humano na região exibiu três fases de ocupação – indígena, cabocla e europeia e cada uma ao seu tempo se apoderou das condições biológicas e físicas promovendo o desenvolvimento da região.

José Sidnei Gonçalves, com contribuição fundamental para compreender os modelos de produção familiar (californiano) e do agronegócio (texano) foi utilizado para análise nesse trabalho. A região oeste de Santa Catarina incorporou ao longo das transformações espaciais ambos modelos de produção: familiar e agronegócio. Gonçalves (2003) estabeleceu a diferenciação entre os modelos com base em análises de: a) escala das propriedades; b) tipo de cultivo e; c) tecnologias apropriadas a cada caso. De acordo com o autor, “o modelo texano é intensivo em mecanização, quimificação (fertilizantes e agroquímicos – fungicidas, herbicidas, fertilizantes, foliares), as lavouras são tipicamente produtoras de bens intermediários de baixo valor agregado.”³ Já o modelo denominado californiano é “mais intensivo em trabalho, menor relação capital-trabalho, focando em produtos de alto valor unitário (aqui se incluem as frutas e hortaliças, produtos orgânicos) intensivo em terra (cultivos adensados e cultivos protegidos) e diferenciação pela qualidade (denominação de origem – produto de agricultura familiar, por exemplo)”.⁴ No caso do leite, produto de alto valor agregado e manuseio delicado, a produção encontra-se pulverizada em pequenas propriedades, algumas de origem familiar, outras já consideradas como agronegócio, por possuírem alta tecnologia empregada.

² CHOLLEY, A. Observações sobre alguns pontos de vista geográficos. Boletim geográfico. Rio de Janeiro: CNG, n. 179 e 180. 1964, p. 140.

³ GELINSKI NETO, Francisco. **Tecnologia na Agricultura: produtividade e renda**, 2012. Disponível em: <<http://fgelneto.paginas.ufsc.br/files/2011/08/TEC-NA-AGRICULTURA-VERS%C3%83O-FINAL-CORRIGIDA.pdf>>. Acesso em: 25 de ago.2019.

⁴ Idem.

Para dar conta dos objetivos e responder as questões que motivaram o presente trabalho, ele está organizado em três capítulos. O primeiro capítulo intitulado “Formação socioespacial do Oeste catarinense buscou-se trazer os aspectos que traçaram o perfil econômico do Estado de Santa Catarina e principalmente da região Oeste - onde está instalada a Cooperoeste. Nele é abordado a formação social da região (ocupação – indígena, cabocla e colonização) o desenvolvimento econômico (pastoril, extrativista e agrícola) e como se deu a inserção do Estado na economia nacional. Ainda no primeiro capítulo é traçado o desenvolvimento do complexo agroindustrial catarinense e o destaque do Estado no agronegócio. Para finalizar esse primeiro capítulo foi traçado o perfil da produção de leite no Oeste catarinense.

O segundo capítulo busca trazer elementos para a compreensão do movimento cooperativista - surgimento e regulamentação no Brasil e principalmente do cooperativismo em Santa Catarina e de como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, buscaram nesse sistema as bases para desenvolvimento e sobrevivência das famílias assentadas.

O terceiro capítulo, construído principalmente através de entrevistas com funcionários e cooperados da Cooperoeste traça a gênese e o desenvolvimento da Cooperoeste, e como essa cooperativa do MST fomenta o desenvolvimento e integração das famílias assentadas e contribui para o desenvolvimento da região.

Figura 1 Área de Estudo

19



Fonte: WELTER, Liane. **O espaço Geográfico do Oeste Catarinense e sua Cartografia Ambiental.** 2006. 91 f. Dissertação em Geografia Humana. São Paulo. 2006.

2 FORMAÇÃO SOCIO ESPACIAL DO OESTE CATARINENSE

2.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS

O desenvolvimento socioeconômico do Oeste Catarinense é resultado de um processo histórico singular (isolamento de outras regiões e incorporação tardia à economia nacional). A região por longos anos serviu apenas de corredor de passagem entre o Rio Grande do Sul e São Paulo, além de sediar delongados conflitos políticos, (Questão de Palmas e Guerra do Contestado).

O Oeste catarinense faz parte de uma extensa e fértil área de terra vermelha, a maior presença basáltica no mundo.⁵ Seu relevo é recortado e apresenta-se cheio de “peraus”, com grande quantidade de sargas correndo pelos vales, sendo difícil a presença de campos.⁶

A região Oeste passou por três fases de ocupação: 1) indígena (Kaingangs – presença mais antiga na região; 2) cabocla (luso-brasileiros responsáveis pelo desbravamento territorial) e 3) colonização recente (imigrantes de descendência europeia). Os luso-brasileiros, pioneiros no desbravamento do sertão foram sistematicamente expulsos de suas terras no processo de colonização para dar lugar aos dos imigrantes vindos do Rio Grande do Sul que recebiam das empresas colonizadoras os títulos das terras adquiridas.⁷

Do ponto de vista do uso econômico do território também é possível identificar três fases: 1) frente pastoril: começou em meados do século XVIII e intensificou-se no século XIX com a abertura do caminho das tropas – transporte do gado do Rio Grande do Sul para Sorocaba (SP). Caracterizou-se pela ocupação dos campos de Palmas com a atividade monocultora de criação de bovinos; 2) frente extrativa: iniciou na segunda metade do século XIX com a exploração das riquezas florestais, erva mate e madeiras nobres. A mão-de-obra utilizada para extração de erva mate era principalmente indígena e cabocla. A madeira era exportada para a Argentina por meio de balsas. Iniciou-se nesse período uma mudança na paisagem regional e no processo produtivo. Surgiram comerciantes, alguns deles acumularam capitais e futuramente desenvolveram a indústria na região. 3) frente agrícola: esta fase foi marcada pela colonização por imigrantes descendentes de europeus do Rio Grande

⁵ GIALDI, Francisco. **Maravilha: Sua terra, sua gente, sua história.** EST Edições. Porto Alegre, 1993. P. 28.

⁶ BARBOSA, José Alberto. O município. Brusque, 1972. P.7 apud GIALDI, Francisco. **Maravilha: Sua terra, sua gente, sua história.** EST Edições. Porto Alegre, 1993. P.30.

⁷ ALBA, Rosa Salete. **Estudos de geografia agrária do Oeste catarinense.** Chapecó: Argos, 2008.

do Sul, com presença marcante das empresas colonizadoras. Percebemos, nesse período, interesses conjugados de três atores: as empresas colonizadoras (interesse em vender a terra), o Governo do Estado (ocupar uma área considerada como vazio demográfico) e as famílias gaúchas (ter a posse de uma propriedade agrícola).⁸

Essas fases econômicas e de ocupação estão diretamente ligadas as Combinações presentes no território. Geograficamente, a região oeste catarinense está situada no planalto meridional Brasileiro e no princípio apresentava uma formação paisagística caracterizada pela densidade da Floresta Ombrófila Mista, tendo como principal elemento o pinheiro (*Araucária Angustifolia*) e a erva-mate (*Ilex Paraguariensis*). Especificamente na região oeste catarinense, a erva-mate foi responsável direta e indiretamente pela fixação de diferentes grupos humanos e impulsionou a economia estadual.⁹

A construção da ferrovia (fator que contribuiu para a Guerra do Contestado) ligando grandes centros urbanos do Sudeste (São Paulo e Rio de Janeiro) ao extremo Sul do país permitiu maior rapidez no transporte de produtos agropecuários. A existência dessa ligação, concluída em 1910, forneceu a região do Vale do Rio do Peixe impulso econômico e acelerou a colonização dessa área por pequenos produtores vindos do Rio Grande do Sul

[...] a estrada de ferro atraiu grande número de colonos descendentes de alemães e italianos do Estado do Rio Grande do Sul, facultando-lhes ainda a possibilidade de exportar seus produtos principalmente, porcos e alfafa [...] O Oeste de Santa Catarina não foi desbravado a partir do litoral, mas por Povoadores que vieram do Sul e que exportam os seus produtos para um mercado localizado a grande distância, mais ao Norte.^{10 11}.

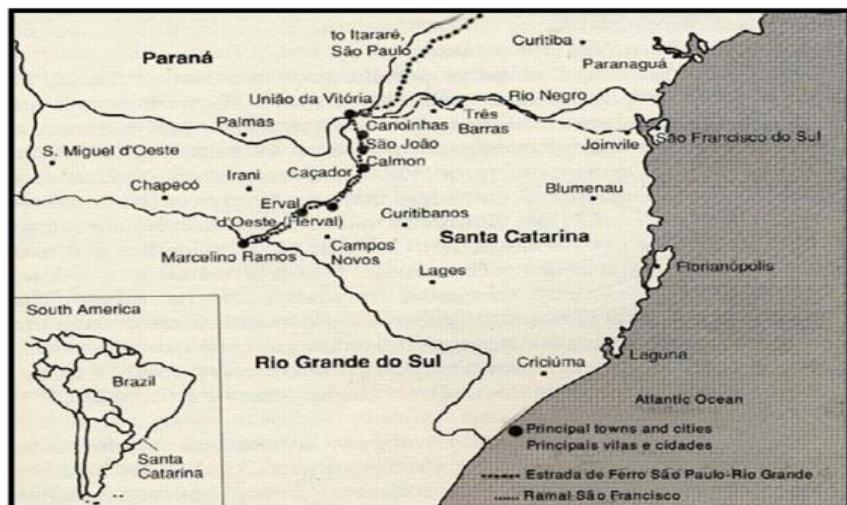
⁸ Idem.

⁹ RODRIGUES, Márcio Luiz; NEUMANN, Rosane Márcia. Colônias e colonizadoras na região Oeste de Santa Catarina: a atuação da Companhia Territorial Sul Brasil (1925 a 1950). In: **XXVIII Simpósio nacional de História - lugares dos historiadores: velhos e novos desafios**. Florianópolis- SC, 2015. Disponível em: <www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434423276_ARQUIVO_ColoniasecolonizadorasnaregiaoOestedeSantaCatarina.pdf> Acesso em: 25 de ago. 2019.

¹⁰ WAIBEL, Leo. **Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: SUPREN/IBGE, 1979.

¹¹ PERTILE, Noeli. **Formação do Espaço Agroindustrial em Santa Catarina: o Processo de Produção de Carnes no Oeste Catarinense**. Florianópolis: UFSC, 2008.

Figura 2 Mapa da ferrovia São Paulo - Rio Grande



Fonte: DIACON, Todd A Milenarian vision, capitalist reality. Brazil's Contestado rebellion, 1912- 1916. Durham: Duke University Press, 1991 apud TOMPOROSKI, Alexandre Assis. Entre o patrão e o coronel: a atuação da Lumber Company e as disputas políticas no pós-Contestado, 1917-1920. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

Findada a Guerra do Contestado e formalizado o Acordo de Limites entre Paraná e Santa Catarina, em 1917 foram retomados os planos de colonização que se estenderam até meados de 1940. A colonização se deu por intermédio de empresas colonizadoras, que compraram grandes áreas e as dividiam em colônias. As terras eram ofertadas a colonos descendentes de europeus que viviam no Rio Grande do Sul.

A diferença entre os colonos e colonizadores se apresenta na forma como ambos se relacionam com a terra. Os colonos são os pequenos proprietários agrícolas que recebem, arrendam ou adquirem pequenos lotes para desenvolver distintos tipos de produção agrícola. Já o colonizador é o proprietário de grandes extensões de terras, responsável por lotear e comercializar as mesmas. No Oeste de Santa Catarina o poder público estadual catarinense se figurou como colonizador que através das companhias colonizadoras comercializou e promoveu a colonização das terras.¹²

Após 1916, várias empresas colonizadoras como a Southern Brazil Lumber and colonization, Co (multinacional americana), a Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ahrons e cia. (Caxias do Sul) e capitais comerciais de Porto Alegre (Bertaso) – intensificaram o comércio de terras no Oeste catarinense. Os lotes eram

¹² RODRIGUES, Márcio Luiz; NEUMANN, Rosane Márcia. Colônias e colonizadoras na região Oeste de Santa Catarina: a atuação da Companhia Territorial Sul Brasil (1925 a 1950). In: **XXVIII Simpósio nacional de História - lugares dos historiadores: velhos e novos desafios.** Florianópolis- SC, 2015. Disponível em: <www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434423276_ARQUIVO_ColoniasecolonizadorasnaregiaoOestedeSantaCatarina.pdf> Acesso em: 25 de ago.2019.

padronizados, aproximadamente 200 a 300 metros de largura por 1km de profundidade, e se limitava com as extensas fazendas pecuárias existentes nos municípios de Abelardo Luz, Faxinal dos Guedes, Água Doce, entre outros. A localização dos descendentes alemães (de Novo Hamburgo, São Leopoldo, Montenegro etc.) e os italianos (de Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Guaporé etc.) em lotes coloniais obedecia aos projetos preestabelecidos pelas colonizadoras e os capitais comerciais de Porto Alegre (RS).¹³

Quadro 1 Colonizadoras no Oeste catarinense: sede e respectivas áreas de atuação (Continua)

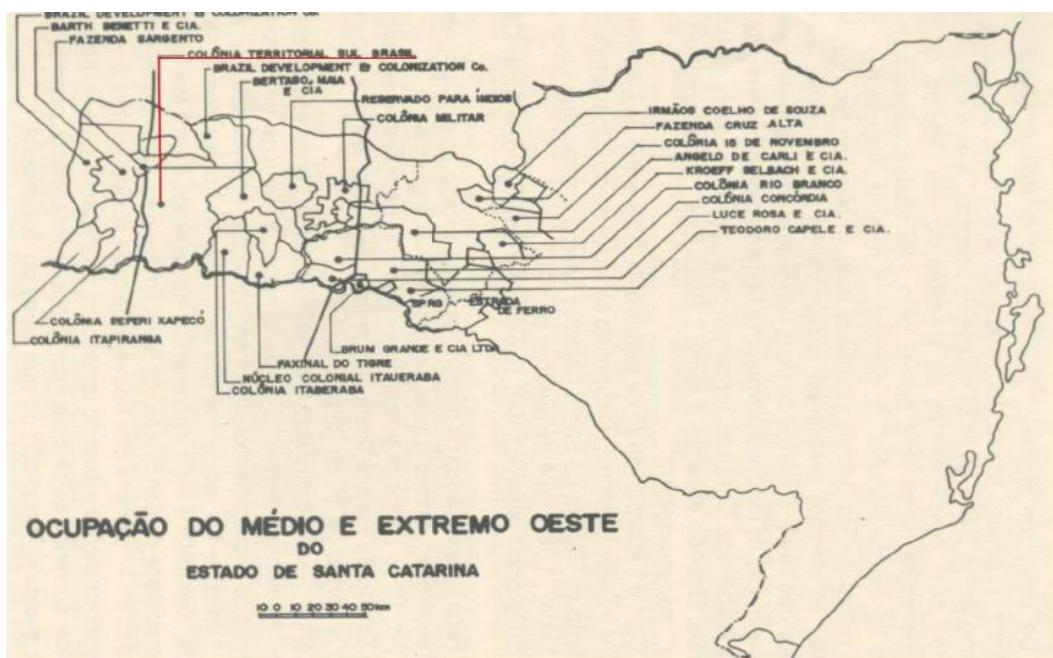
Colonizadora	Sede	Área de Atuação
Brazil Development and Colonization Company	Portland (EUA)	Cruzeiro/ Joaçaba e Chapecó
Empresa colonizadora Lucc, Rosa e Cia	Rio Grande do Sul e Santa Catarina	Cruzeiro/ Joaçaba e Concórdia
Empresa colonizadora Ernesto F Bertaso	Rio Grande do Sul	Chapecó – sede e outras áreas
Companhia colonizadora Sul Brasil	Rio Grande do Sul	Chapecó (extremo oeste)
Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ahrone & Cia. (H. Hacker e Cia)	Rio Grande do Sul	Cruzeiro/ Joaçaba
Empresa Chapecó – Peperi Ltda.	Rio Grande do Sul	Chapecó/ Mondai
Volksvereinfur die deutschrn katholiken in Rio Grande do Sul	Rio Grande do Sul	Chapecó – Colonia Porto Novo/ Itapiranga
Barth, Benecti & Cia. Ltda. (Barth, Annoni & Cia Ltda.)	Rio Grande do Sul	Chapecó e região de São Miguel do Oeste
Angelodi Cali, Irmãos e Cia	Rio Grande do Sul	Chapecó e Cruzeiro/ Joaçaba
Nardi, Bizzo, Simon & Cia	Rio Grande do Sul	Chapecó e Cruzeiro/ Joaçaba
Irmãos Lunardi	Rio Grande do Sul	Chapecó
Empresa Povoadora e Pastoril Theodore Capelle	São Paulo	Cruzeiro/Joaçaba e Concórdia
Estado de Santa Catarina	Santa Catarina	Chapecó – (Itaberaba e Itacorubá)

Fonte: NODARI, 2009, P. 37 apud RODRIGUES, Márcio Luiz; NEUMANN, Rosane Márcia. Colônias e colonizadoras na região Oeste de Santa Catarina: a atuação da Companhia Territorial Sul Brasil (1925 a 1950). In: **XXVIII Simpósio nacional de História - lugares dos historiadores: velhos e novos desafios.** Florianópolis- SC, 2015. Disponível em: <www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434423276_ARQUIVO_ColoniascolonizadorasnaregiaoOestedeSantaCatarina.pdf> Acesso em: 13 de mar.2019.

Fonte: Piazza, 1983. P. 109.

¹³ ESPÍNDOLA, Carlos José. **As agroindústrias do Oeste catarinense: o caso Sadia.** São Paulo: USP, 1996.

Figura 3 Ocupação do Médio e Extremo Oeste de Santa Catarina



Nas pequenas propriedades ocorriam plantações de feijão, trigo e mandioca destinados ao consumo familiar e a criação de galinhas, porcos e outros animais. Esses pequenos produtores desenvolviam a extração de erva-mate, o plantio de alfafa e a extração de madeira voltados aos mercados local e nacional. Manifestavam-se, desse modo, duas maneiras de existência da pequena produção, isto é: de um lado, as famílias especializavam-se num determinado bem que seria entregue ao comércio local e fornecido às cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, entre outras; de outra parte, os pequenos produtores praticavam uma agricultura de subsistência e utilizavam certos instrumentos de forma comunitária¹⁴. Na medida que aumentava a comercialização dos produtos agrícolas dessa região catarinense com as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, numa industrialização substitutiva de importações, a unidade familiar obtinha estímulos mercantis e meios necessários para a melhoria e ampliação de sua produção. “A diversificação de atividades permitia aos colonos autossuficiência de suas propriedades e melhor aproveitamento das terras e da mão-de-obra. Já que reduzia os riscos de perda da produção em caso de adversidade climática.”¹⁵

Próximo da estrada de ferro, “havia uma intensificação das relações mercantis, mesmo com condições de acesso precárias. Os comerciantes locais compravam o excedente de perecíveis junto aos colonos como por exemplo: o

¹⁴ SILVESTRO, Milton Luiz. *As transformações da agricultura familiar e estratégias de reprodução: o caso do Oeste*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

¹⁵ ESPÍNDOLA, Carlos José. *As agroindústrias do Oeste catarinense: o caso Sadia*. São Paulo: USP, 1996.

queijo, a banha e os suínos vivos. Sendo, este excedente drenado principalmente para o estado de São Paulo (WAIBEL, 1979). Em contrapartida, os agricultores adquiriam aqueles bens de produção e de consumo doméstico que não produziam, como por exemplo o sal, óleo para iluminação, tecidos e utensílios domésticos, ferramentas agrícolas entre outros (PERTILE, 2008). Até meados de 1930, a existência de poucas casas comerciais, a distância dos mercados consumidores e as más condições de acesso favoreceram a forte atuação de atravessadores no mercado de produtos não perecíveis (BAVARESCO, 2005). Estes compravam a produção local, principalmente de produtos não-perecíveis, como a erva mate, a madeira e o fumo, que eram revendidos aos comerciantes maiores (SILVESTRO, 1995).¹⁶

A maioria dos colonos que migravam para o Oeste eram filhos de pequenos produtores gaúchos os quais não conseguiam se reproduzir na propriedade paterna em virtude do excedente populacional e o uso intenso dos solos. A possibilidade desses descendentes de tornarem proprietários dos meios de produção devido ao baixo preço da terra, fertilidade natural e relativa abundância de terras, e por conseguinte de ascensão social estimulava a ocupação do Oeste catarinense, a exemplos de Atilio Fontana e Saul Brandalise que se dedicaram a atividades intermediárias entre a pequena produção mercantil e os mercados das cidades do centro sul.¹⁷

2.2 DINAMISMO AGROINDUSTRIAL

As áreas de colonização europeia do Oeste catarinense, caracterizadas por alta divisão social do trabalho, mercado interno desenvolvido e regime de pequena propriedade, surge justamente no momento em que o complexo rural do país estava em decomposição. Enquanto produtoras de bens assalariados, as regiões de colonização europeia em Santa Catarina, inicialmente desenvolveram seu mercado interno, e em seguida estreitaram os laços comerciais, não apenas com a sua

¹⁶ KONRAD, Jóice; SILVA, Clécio Azevedo da. **Agricultura familiar no Oeste catarinense: da colônia à integração.** XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária/ Territórios em disputa: Os desafios da Geografia Agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro. UFU: Uberlândia, 2012.

¹⁷ ESPÍNDOLA, Carlos José. **As agroindústrias do Oeste catarinense: o caso Sadia.** São Paulo: USP, 1996.

hinterland, mas principalmente com praças maiores, como Rio de Janeiro e, depois de 1920, com São Paulo.¹⁸

A elaboração e comercialização de produtos artesanais integrou a tradição e cultura do colono imigrante (alemães, italianos, poloneses etc.) que se instalaram em Santa Catarina a partir do século XIX. Esses produtos tinham como objetivo o consumo pela própria família e a produção excedente era vendida. Os principais produtos elaborados na cozinha das próprias moradias eram: queijo manteiga, embutidos de carne suína (salames e linguiças), banha de porco, açúcar mascavo, geleias (“chimias”) de frutas, vinhos, pães e bolachas caseiras.¹⁹

Os dados do Censo Agropecuário de 1995/96 mostram a expressiva produção que ocorria em Santa Catarina. No estado haviam 80 mil produtores envolvidos na produção de carne de bovinos e 108 de carne suína, a maioria para próprio consumo; outros 20 mil estabelecimentos processavam embutidos; quase 60 mil produziam queijo e requeijão; 17 mil produziam fubá de milho e mais de 12 mil produtores processavam a cana de açúcar para a produção de açúcar mascavo e melado. A grande maioria desses produtos se destinava ao consumo familiar, no entanto, alguns apresentavam uma venda expressiva, como o queijo, manteiga, farinha de mandioca, melado, vinho e embutidos. Mais de 30 mil estabelecimentos familiares declararam que vendiam produtos processados.²⁰

As décadas de 1930/70 caracterizaram-se por profundas modificações no quadro econômico e social brasileiro. Medidas de controle cambial e de restrições às importações, foram colocadas em prática com objetivo de resolver os problemas do balanço de pagamentos e estimular a produção industrial de bens de consumo não duráveis. Esse período constituiu uma fase de integração dos vários segmentos produtivos nacionais e consolidação de um mercado nacional. É desse período a fundação de importantes empresas estatais como a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Petrobrás, Eletrobrás, entre outras.

O avanço industrial de Santa Catarina, como de todo o sul do Brasil, significou não apenas mudança quantitativa, como também mudança qualitativa, pois a região deixou de ser periferia do centro dinâmico paulista, para se tornar parte integrante do centro dinâmico brasileiro²¹

¹⁸ GOULARTI FILHO, Alcides. **Padrões de crescimento e diferenciação econômica em Santa Catarina**. Campinas, 2001.

¹⁹ MIOR; FERRARI et al. Redes, agroindustriais familiares e os novos mercados em Santa Catarina. In ESTEVAN; MIOR. **Inovações na Agricultura Familiar: As Cooperativas descentralizadas em Santa Catarina**. Editora Insular. Florianópolis, 2014.

²⁰ Idem.

²¹ MAMIGONIAN, Armen. **A indústria de Santa Catarina: dinamismo e estrangulamento – Estudos de geografia econômica e social, série livros geográficos**. Florianópolis 2011, Vol. IV, 2011, p. 73 – 120.

Nos anos 40, começam a surgir os primeiros moinhos de trigo e processadores de suínos no Vale do Rio do Peixe, de proprietários locais que estavam comercialmente ligados ao mercado paulista. Ao contrário do cultivo do fumo, o processamento industrial do suíno não era, naquela época, uma atividade oligopolizada em nível nacional, permitindo inicialmente a criação de diversos frigoríficos. A base econômica dos frigoríficos residia numa acumulação prévia calçada na pequena produção familiar. Se na fase comercial a demanda por suínos extrapolou os limites do Vale do Rio do Peixe, a acumulação de capital agroindustrial elevou fortemente esta procura. Inicialmente, a pequena propriedade nivela os camponeses, pulverizando a acumulação.²²

Com o desenvolvimento de atividades mercantis e a subordinação de proprietários que acumulam com o excedente sobre os despossuídos, começa a haver uma diferenciação social e a formação de um exército de reserva. Nos anos 30, começam a surgir na região casas comerciais que revendem alimentos e cereais para São Paulo e nos anos 40, transformaram-se em moinhos e frigoríficos como a Ponzoni, Bandalise e Fritz Lorenz em Perdizes (atual Videira); Casimira Tisian em Bom Retiro dos Campos Novos; Fuganti Fontana & Cia. em Cruzeiro (atual Joaçaba); Freitag, Assmann & Cia. em Piratuba; Ludovico J. Tozzo e Cia. em Chapecó; e Saulle Pagnoncelli em Herval do Oeste. Há casos de proprietários que inicialmente acumularam capital por meio do corte e comércio da madeira, como o Moinho Santa Elísabeth, o moinho Bonato S. A Indústria e Comércio e o Moinho Moageira S.A, todos em Cruzeiro; o Moinho Seara S.A em Nova Milano (atual Seara); e a Frey & Kellermann em Butiá Verde (atual Fraiburgo).²³

A origem do capital acumulado, que se desdobrou nos atuais frigoríficos, deve ser buscada nas pequenas atividades comerciais e madeireiras e na forte integração comercial com os centros consumidores de São Paulo. Nessa época, as casas comerciais e os abatedouros do Oeste catarinense já compravam os suínos de vários pequenos produtores, num verdadeiro processo de subordinação do médio capital comercial sobre os pequenos proprietários. Nesse momento, a diferenciação social dentro da pequena propriedade assume proporções maiores e aumenta a subordinação, agora não mais do homem sobre o homem, mas também do grande capital sobre a pequena propriedade. Mesmo com a transformação de pequenas

²² GOULARTI FILHO, Alcides. **Padrões de crescimento e diferenciação econômica em Santa Catarina.** Campinas, 2001.

²³ Idem.

propriedades em casas comerciais e depois em frigoríficos, o padrão móvel da acumulação era o mercantil. Era na esfera da circulação que residia a fonte maior da acumulação. A lógica era a do comerciante "comprar barato para vender caro". Somente com a subordinação das pequenas propriedades ao sistema de integrados, com a industrialização dos derivados de suínos e aves, com a nacionalização completa da economia regional e com a formação de um complexo que une a agricultura à indústria é que o padrão se metamorfoseia para o industrial.²⁴

A partir dos anos 50, inicia a industrialização da agricultura (introdução de novos tratores, fertilizantes e defensivos, todos ligados à indústria metalomecânica e química). A subordinação dos pequenos criadores de suínos aos frigoríficos faz parte desse padrão de crescimento industrial emergente. Nesse período surge a S.A. Indústria e Comércio Chapecó (1952), o Frigorífico Seara (1956) e a SA Frigorífico Itapiranga Safrita, (1962). Junto com essas quatro gigantes do complexo agroindustrial (Sadia, Perdigão, Chapecó e Seara), surgiu e se expandiu, por um certo período, uma série de frigoríficos e moinhos, que foram absorvidos pelas maiores ou simplesmente faliram. Somente no município de Joaçaba, nos anos 50, havia oito moinhos, sendo que alguns tinham frigoríficos em anexo, tais como: o Moinho Santa Elísabeth, da firma Romano Mossignon S.A, que iniciou suas atividades no setor madeireiro, começou nos anos 50 com um moinho e se expandiu para o Rio de Janeiro, Curitiba e todo Oeste catarinense; o Bonato S.A, fundado em 1946, que além de moer farinha, beneficiava a banha de porco; a Indústria Brunetta S.A, de 1948; o Moinho Cruzerio, de Luiz Specht Filho Ltda., que também beneficiava a banha; o Moinho Trigoflor, de 1953, que também comercializava suínos; o Moinho Marafon Pedríni; e o Moinho Idovino Bortolanze (Queiroz, 1 %7). Também se destacava em Joaçaba o frigorífico Saule Pagnoncelli, que na época contava com filiais em Marcelino Ramos (RS), Getúlio Vargas (RS) e em São Paulo. Em Xaxim havia o Moinho e Frigorífico Irmãos Lunardi e em Caçador, o Moinho Santo André S.A. (Silva, 1950).

No município de Capinzal, em 1937, foi fundada a Indústrias Reunidas Ouro, que começou com uma madeireira e nos anos 60 diversificou para o comércio de alimentos, diversos e olaria. No anos 60, a Reunida Ouro já contava com uma filial do frigorífico em São Paulo (Brancher, 1994). Em Chapecó, além do Frigorífico Chapecó, também se destacavam o frigorífico Marafon, fundado em 1954 e com filial

²⁴ Idem.

em São Paulo; a casa comercial de Ludovico Tozzo, de 1940, que comercializava cereais; e a SIPAL (Sociedade Industrial de Produtos Agropecuários Ltda.), de 1962 (Prefeitura Municipal de Chapecó, 1967)."²⁵

Os anos 50 e 60 representaram para a Sadia e Perdigão a conquista e a consolidação do mercado nacional, por meio da inovação nos transportes, novas técnicas de criação de suínos, construção de plantas fora de Santa Catarina, abertura de centros de distribuição e a entrada na avicultura. Em 1956, foi a vez de a Perdigão começar um programa de melhoramento genético na suinocultura. Começa a ser difundido o sistema de fomento na criação de suínos, que em seguida passa a ser utilizado, por ambas, na criação de aves para abate.²⁶

A integração nos anos 50 não foi apenas comercial estendendo-se para o campo produtivo, com a construção de unidades fabris fora do Oeste barriga-verde. Em 1953, a Sadia construiu o Moinho da Lapa em São Paulo e adquiriu o Moinho Marciliense Ltda. no Rio Grande do Sul; em 1961, começou a construção da Frigobrás, também em São Paulo; além de abrir centros de distribuição em São Paulo, Bauru, Campinas, Ribeirão Preto, Londrina e Rio de Janeiro. A Perdigão, no final dos anos 50, já apresentava características de um grupo empresarial: Além de seus principais empreendimentos, todos inter-relacionados dentro de um sistema produtivo - granja, abatedouro, fábrica de banba e frigorífico, curtume, moinho, fábrica de ração, madeireira, fábrica de caixa, além de entrepostos, depósitos, postos de venda, lojas e filiais em várias cidades na região produtora, em São Paulo (Bauru e Santos) e no Rio de Janeiro (capital) - a empresa foi diversificando ainda mais sua gama de negócios (SEAPIN; TASSARA, 1996, p. 63). A Perdigão chegou ao final dos anos 50 com 400 funcionários e tinha participação societária em duas madeireiras, uma vinícola, uma firma importadora e uma companhia de força e luz.²⁷

A formação dos Complexos Agroindustriais em Santa Catarina está dentro desse movimento geral de constituição dos complexos em nível nacional (modernização conservadora e industrialização da agricultura no Brasil). A industrialização pesada pós-55, a criação de vários centros públicos de pesquisas básicas, a implantação dos complexos petroquímicos ligados à Petrobrás e a

²⁵ GOULARTI FILHO, Alcides. **Padrões de crescimento e diferenciação econômica em Santa Catarina.** Campinas, 2001.

²⁶ GOULARTI FILHO, Alcides. **Padrões de crescimento e diferenciação econômica em Santa Catarina.** Campinas, 2001.

²⁷ Idem.

consolidação de uma política nacional de crédito rural, permitiram a formação dos complexos agroindustriais pelo país.²⁸

Em 1962, começa um novo período em Santa Catarina, quando o capital industrial passa a ser o móvel da acumulação capitalista. A modernização da agricultura, com a mutação do complexo agro comercial - dos moinhos e frigoríficos, que comercializavam produtos quase que in natura - para o complexo agroindustrial de carne, reforça e consolida o novo padrão de crescimento em Santa Catarina, comandado pelo Estado e pelas grandes e médias indústrias e agroindústrias. O bom desempenho da Sadia, Perdigão, Coopercentral, Chapecó e Macedo reside no longo processo de modernização conservadora e nas benesses da política agrícola (incluindo subsídios e financiamentos), deliberados pelo Estado.²⁹

As agroindústrias familiares rurais, em sua maior parte, iniciaram suas atividades de maneira informal e somente com o mercado já construído, com uma demanda suficiente para viabilizar o empreendimento técnica e economicamente, é que fazem os investimentos necessários para se formalizar, nesse caso, orientados pelas convenções do mundo industrial. Assim em muitos casos, o processamento passa da cozinha para a fábrica. De uma forma geral, são processos paralelos, pois muitos agricultores não detêm capital para investir em unidades de processamento dentro das normas legais, mas continuam a processar e vender seus produtos no mercado informal, que se afirma e se expande nas relações de confiança historicamente enraizadas.³⁰

As agroindústrias familiares em Santa Catarina foram e são constituídas na necessidade dos agricultores de conquistarem maior autonomia e controle dos processos de produção e trabalho para fugir ao aperto econômico a que estão submetidos. Assim, por meio das agroindústrias familiares, os agricultores constroem novas e múltiplas formas de inserção nos circuitos de troca. Em 2010 a Epagri identificou cerca de 1.894 agroindústrias familiares, essas agroindústrias se concentram de maneira mais marcante em algumas regiões do Estado.³¹

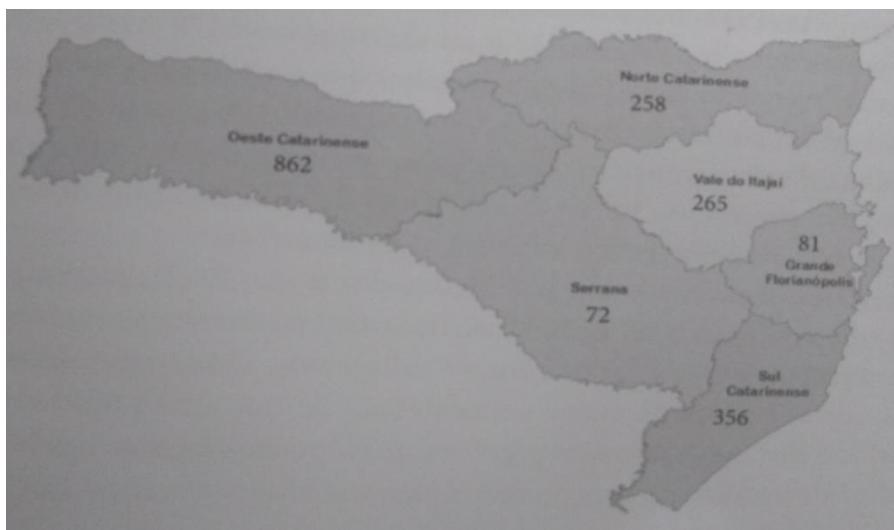
²⁸ Idem.

²⁹ Idem.

³⁰ MIOR; FERRARI et al. Redes, agroindustriais familiares e os novos mercados em Santa Catarina. In ESTEVAN; MIOR. **Inovações na agricultura familiar: As Cooperativas descentralizadas em Santa Catarina**. Editora Insular. Florianópolis, 2014.

³¹ Idem.

Figura 4 Distribuição das 1.894 agroindústrias por mesorregião geográfica de SC



Fonte: MIOR; FERRARI et al. Redes, agroindustriais familiares e os novos mercados em Santa Catarina. In ESTEVAN; MIOR. **Inovações na agricultura familiar: As Cooperativas descentralizadas em Santa Catarina**. Editora Insular. Florianópolis, 2014. P. 87

2.2.1 Características atuais do agronegócio catarinense

Ignácio Rangel no livro *A Questão agrária brasileira* (1962) considerava a existência de uma dualidade da agricultura devido à coexistência de relações de produção arcaicas com relações modernas. Na visão dele o latifúndio teria um lado moderno em suas relações com o resto da economia, comportando-se como uma empresa comercial. Poderia acontecer a transformação de latifúndios arcaicos em modernas unidades de produção, mesmo, sem modificar a estrutura fundiária. Para Rangel (1962), o processo de desenvolvimento é um processo de realocação de recursos (que reorganiza a estrutura produtiva), em que se retira do pólo atrasado para o pólo moderno. O Problema agrário para Rangel era o excedente populacional derivado da velocidade de modernização da agricultura. “Para Rangel, o crescimento da produtividade do trabalho no interior dos complexos rurais liberava força de trabalho muito rapidamente. Gerava-se assim uma capacidade ociosa nos campos, de terras que não mais eram necessárias à produção; e nas cidades, de

mão de obra que já não encontrava ocupação produtiva nos novos setores criados pela industrialização substitutiva de importações.”.³²

De fato o desenvolvimento do campo brasileiro (agricultura e pecuária) ocorreu sem a necessidade de se realizar a reforma agrária sendo o agronegócio a consolidação do desenvolvimento capitalista no campo.

O agronegócio corresponde a integralidade da cadeia produtiva vinculada a agropecuária, envolve desde os fornecedores de equipamentos e serviços a integralidade do processo de industrialização e comercialização dos produtos. Em virtude de tamanha abrangência, a caracterização do agronegócio catarinense deve levar em conta sua capacidade na geração de emprego e renda, as características das atividades agropecuárias e a receita gerada no conjunto das exportações.

Agronegócio é a implementação de tecnologia no campo para melhoria na produção agrícola. As tecnologias na produção agrícola podem ser poupa terra (onde consegue-se aumentar a produtividade sem a necessidade de aumentar a área da propriedade) ou poupa trabalho (consegue manter ou aumentar a produtividade sem aumentar a mão de obra). Na primeira estão entre outras: o uso de fertilizantes e corretivos (calcário e gesso agrícola) que aumentam a produtividade, adequação nas densidades de plantio e na rotação de culturas. Na segunda está basicamente o uso de mecanização.³³

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) desempenha ampla importância para o desenvolvimento do agronegócio, é uma Empresa pública que busca viabilizar soluções tecnológicas para a competitividade e a sustentabilidade do agronegócio brasileiro.

Segundo dados do censo agropecuário do IBGE (2017), dos 5.043.186 estabelecimentos agropecuários existentes no Brasil, 182.513 estão localizados em Santa Catarina. O número total de pessoas ocupadas em estabelecimentos agropecuários em Santa Catarina é de 497.823 pessoas (IBGE, 2017).

³² GRAZIANO DA SILVA, 1996, apud PAULILLO, 1997 apud GELINSKI NETO, Francisco. **Tecnologia na Agricultura: produtividade e renda**, 2012. Disponível em: <<http://fgelneto.paginas.ufsc.br/files/2011/08/TEC-NA-AGRICULTURA-VERS%C3%83O-FINAL-CORRIGIDA.pdf>>. Acesso em: 25/08/2019.

³³ GELINSKI NETO, Francisco. **Tecnologia na Agricultura: produtividade e renda**, 2012. Disponível em: <<http://fgelneto.paginas.ufsc.br/files/2011/08/TEC-NA-AGRICULTURA-VERS%C3%83O-FINAL-CORRIGIDA.pdf>>. Acesso em: 25 de ago.2019.

O significativo número de pessoas envolvidas evidencia a importância socioeconômica da agroindustrialização na geração de oportunidades de ocupação da mão de obra e geração de renda no meio rural.

Tabela 1 Número de estabelecimentos agropecuários em 2017

Brasil	5.043.186
---------------	-----------

Santa Catarina	182.513
-----------------------	---------

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário

As atividades relacionadas ao agronegócio representam 20% do Produto Interno Bruto do Estado de Santa Catarina. Em 2015, o estado alcançou PIB de R\$ 249 bilhões, sendo R\$ 72 bilhões do agronegócio³⁴.

Tabela 2 Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários em 2017

Brasil	15.036.978
---------------	------------

Santa Catarina	497.823
-----------------------	---------

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário

A forma de obtenção da propriedade pelos produtores no Estado de Santa Catarina é bem variada, em sua maioria se deu através da compra de particular (57%), seguido de compra via crédito fundiário (2,3%), licença de ocupação (0,7%), Reforma Agrária (1,1%), Posse não titulada (1,2%) e Herança ou doação (46,6%).

³⁴ BENETTI, Estela. **O agronegócio no PIB de SC**. Disponível em: <<https://www.nsctotal.com.br/columnistas/estela-benetti/o-agronegocio-no-pib-de-sc>>. Acesso em: 06 de fev.2019.

Tabela 3 Número de estabelecimentos agropecuários por forma de obtenção das terras (2017)

	Brasil	Santa Catarina
Compra de particular	2.307.800	105.501
Compra via credito fundiário (cédula da terra, banco da terra, etc)	58.652	4.264
Concessão de direito real de uso (licença de ocupação)	58.398	1.298
Concessão de Terra Indígena	36.832	771
Titulação ou licença de ocupação por reforma agrária	233.211	2.031
Titulação por regulamentação na amazônia legal (Programa Terra Legal)	2.279	-
Posse não titulada	185.379	2.359
Titulação de comunidade quilombola (inclusive aquelas em fase de regularização)	13.181	87
Herança ou doação	1.980.017	85.143
Usucapião	33.786	417
Não sabe	26.628	331

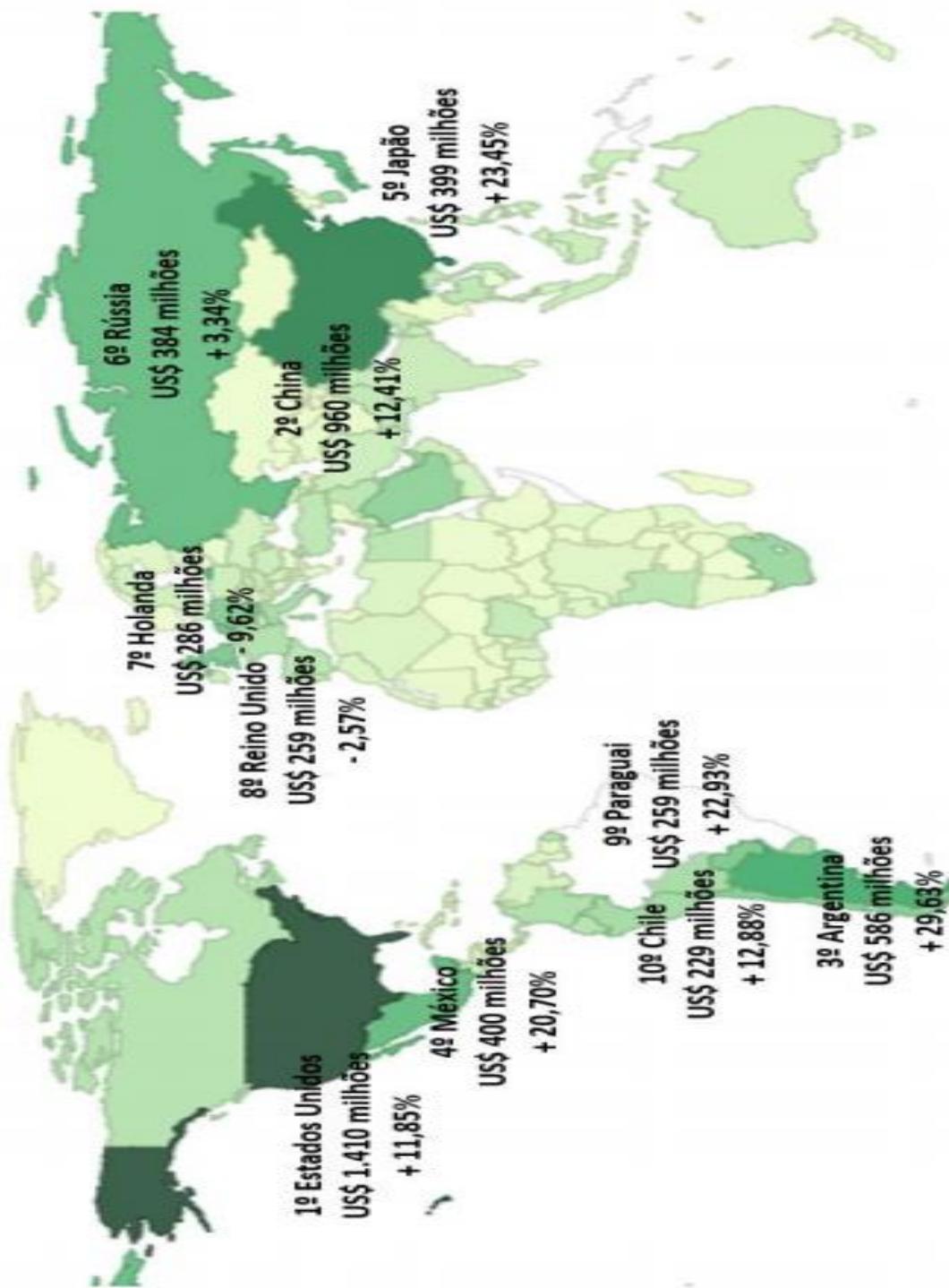
Fonte: IBGE – Censo Agropecuário

O agronegócio catarinense representa 6% das exportações brasileiras. Os maiores parceiros comerciais do Estado de Santa Catarina são: Estados Unidos, China, Argentina, México, Japão, Rússia, Holanda, Reino Unido, Paraguai e Chile. No total de exportações do Estado de Santa Catarina, o agronegócio lidera a pauta, 64%, isso equivale US\$ 5.451.594 de um total de US\$ 8.510.969³⁵.

³⁵ BRASIL, Ministério da Economia INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS. Base de dados do comex stat. Disponível em: <www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/base-de-dados-do-comercio-exterior-brasileiro-arquivos-para-download>. Acesso em: 15 de jan.2019.

Variação de Jan-Dez/17 – Jan-Dez/16

Figura 5 Principais destinos das exportações de Santa Catarina em 2017



FONTE: SECEX/MDIC

2.2.2 O leite no Oeste catarinense

Segundo dados do IBGE (2010) a Mesorregião Oeste de Santa Catarina é formada por 118 municípios e abriga 20% da população total do Estado, sendo 34% da população rural de Santa Catarina. O Oeste Catarinense tem como principais atividades econômicas a produção de carnes e derivados (suínos e aves) e a produção de leite, essas atividades agregam através das agroindústrias desde os produtores de matéria-prima até prestadores de serviços.

A produção de leite em Santa Catarina, até a década de 1970, era pouco expressiva quando comparada aos demais estados da região sul, de aproximadamente 361 mil litros de leite contra 426 mil litros do Paraná e Rio Grande do Sul, com aproximadamente 780 mil litros de leite. Em Santa Catarina, até final dos anos 1950, a região do Vale do Itajaí, onde surgiram as primeiras cooperativas e indústrias de laticínios³⁶, era a principal bacia leiteira, visto que possuía a maior produção de leite do estado. Isto porque, desde o século XIX, o Vale do Itajaí possuía uma estrutura industrial e comercial consolidada.³⁷

Até final da década de 1970, as indústrias do litoral e do Vale do Itajaí Cia. Jensen (Blumenau), Meinicke S.A. (Rio do Sul e Florianópolis), Leite Catarinense S.A. – ULEICA (Joinville), Indústria e Comércio W. Weege S.A. (Jaraguá do Sul), Indústria e Comércio Hermann Weege S.ª (Pomerode), Cia. Franz Blohm (Ibirama), dominavam o setor de laticínios no estado; em 1979, essas empresas foram responsáveis por 79,5% da produção estadual destinada a beneficiamento. Em 1971, das trinta indústrias localizadas em Santa Catarina, 27 estavam instaladas no Vale do Itajaí, Litoral Norte e Grande Florianópolis e apenas duas na região Oeste (Cooperativa de Chapecó e a Cooperativa Bela Vista em Concórdia).³⁸

A comercialização de leite in natura era somente possível para mercados próximos dos núcleos de produção, devido à inexistência de tecnologia para a conservação deste produto, altamente perecível. Dessa forma, o desenvolvimento de uma bacia leiteira estava associado à localização de núcleos urbanos.

³⁶ MOREIRA, Janine. *A perspectiva do agricultor frente ao modelo modernizador: o caso dos produtores de leite de Presidente Getúlio/SC*. Florianópolis: UFSC/CFH, 1994

³⁷ KONRAD, Joice. *A organização espacial da atividade leiteira em Santa Catarina: uma realidade em transformação?* XVI Encontro Nacional de Geógrafos: Porto Alegre, 2010.

³⁸ COLI, Luiz E. J. *Análise da dinâmica do sistema produtivo de leite do estado de Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, 1992 apud SOUZA, Joel José de. *Gênese e Desenvolvimento da Indústria de Laticínios na região Oeste Catarinense*. Florianópolis: UFSC, 2009.

A partir da década de 1960, com a expansão da fronteira agrícola no Oeste Catarinense e o surgimento dos primeiros laticínios, esta região apresentou aumento de 182% na produção, ultrapassando a quantidade produzida pelo Vale do Itajaí.³⁹

A década de 1980, foi marcada pela (re)organização da cadeia produtiva do leite catarinense, destaca-se a mudança geográfica da localização da principal bacia leiteira do Vale Itajaí para Oeste Catarinense. O fortalecimento da economia leiteira no Oeste está relacionado com um conjunto de fatores como: a) aumento absoluto da produção; b) a decadência da bacia leiteira do Vale do Itajaí; c) entrada de cooperativas no setor lácteo permitiu expansão das linhas de captação de leite, atingindo quase todas as localidades da região; d) o fim do tabelamento do preço do leite a partir de 1990.

No aspecto econômico, entre os anos 1920 a 1970 no Oeste Catarinense, a produção de leite estava voltada para a subsistência das unidades de produção e ao abastecimento do mercado local com leite, manteiga, creme de leite e queijo. Assim, na região Oeste a produção de leite exercia um papel secundário na unidade produtiva, sendo conciliada com atividades “mais rentáveis”, como suinocultura e avicultura, apesar do leite já ser em alguns municípios o principal produto de origem animal.⁴⁰

A década de 1990, no Brasil e, inclusive em Santa Catarina, será marcada pelo fim do tabelamento do preço do leite, o qual foi criado em 1945 pelo Estado, com o intuito de controlar a importação e tabelar o preço do leite, fixando os valores a serem pagos ao produtor e pelo consumidor, com intuito de garantir preço baixo no mercado interno. Esse fim do tabelamento estava inserido nos processos de reordenação econômica, oriundos das políticas neoliberais, implantadas durante os governos de COLLOR e FHC. Além disso houve a criação do Mercosul que abrirá as fronteiras econômicas entre os países membros.

Além disso, a competitividade do mercado globalizado levou as agroindústrias de carnes e derivados a aumentar sua escala produtiva para reduzir custos, tendo como consequência deste sistema a seleção de produtores. Nos anos 1980 havia na

³⁹ COLI, Luiz E. J. Analise da dinâmica do sistema produtivo de leite do estado de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 1992 apud KONRAD, Joice. **A organização espacial da atividade leiteira em Santa Catarina: uma realidade em transformação?** XVI Encontro Nacional de Geógrafos: Porto Alegre, 2010.

⁴⁰ ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS DE 1956, 2009 apud KONRAD, Joice. **A organização espacial da atividade leiteira em Santa Catarina: uma realidade em transformação?** XVI Encontro Nacional de Geógrafos: Porto Alegre, 2010.

região oeste catarinense 67.000 produtores⁴¹, no ano de 2005 não passavam de 12.000 suinocultores integrados e em 2011 restaram 8.000 suinocultores com produção em escala comercial, ligados as agroindústrias da região⁴². Embora tenha havido uma redução brutal no número de suinocultores o número de animais criados e abatidos praticamente dobrou na última década.⁴³

Essa redução da suinocultura praticada por pequenos agricultores, e a consequente reestruturação por meio da seleção dos produtores, corroborou para o crescimento da produção de leite, porque em alguns casos, a atividade leiteira representou uma possibilidade de renda para muitas famílias em todo o Oeste catarinense, que foram excluídas do sistema de integração de criação de suínos.⁴⁴

A partir de 1980 as empresas agroalimentares de grande escala iniciaram um intenso processo de concentração da produção de matéria-prima para a avicultura e a suinocultura, levando à exclusão de muitos produtores dessas cadeias produtivas. Tal exclusão gerou o colapso nos sistemas de produção das pequenas propriedades rurais, pois os grãos produzidos eram transformados em ração para os animais, agregando valor e viabilizando economicamente essas unidades de produção. Os dejetos, por sua vez, eram utilizados na adubação das lavouras de milho, fechando assim um ciclo sustentável de produção. Com isso e com a queda dos preços das commodities, especialmente dos grãos, uma grande parcela desses estabelecimentos rurais de base familiar entrou em crise. Nesse ambiente marcado por dificuldades crescentes, os agricultores começaram a buscar novas alternativas para sua reprodução social. Entre as opções possíveis, a atividade leiteira, que já estava presente em grande parte dos estabelecimentos agropecuários, mas como uma atividade voltada sobretudo à subsistência (leite e queijo para o consumo familiar), passou a ocupar papel de destaque.⁴⁵

Em levantamento de dados realizado pelo IBGE (2007) a região oeste computava 82,1 mil estabelecimentos agropecuários, dos quais 89,4% são compostos por agricultores familiares, percentual bem mais expressivo que o observado no Estado, na Região Sul e no Brasil. Ainda assim, com áreas de pequena extensão territorial e de mão de obra familiar, 96,2% do volume total de

⁴¹ TESTA et al, 1996 apud ANSCHAU, Cleusa Teresinha; SCHAEDLER, Peterson Fernando; JULIANI, Lucélia Ivonete. **A agropecuária do Oeste Catarinense, sob um olhar transdisciplinar.** Revista Científica Tecnológica - Uceff Faculdades, V.1, n.1, 2014.

⁴² ACCS, 2011 apud ANSCHAU, Cleusa Teresinha; SCHAEDLER, Peterson Fernando; JULIANI, Lucélia Ivonete. **A agropecuária do Oeste Catarinense, sob um olhar transdisciplinar.** Revista Científica Tecnológica - Uceff Faculdades, V.1, n.1, 2014.

⁴³ ANSCHAU, Cleusa Teresinha; SCHAEDLER, Peterson Fernando; JULIANI, Lucélia Ivonete. **A agropecuária do Oeste Catarinense, sob um olhar transdisciplinar.** Revista Científica Tecnológica - Uceff Faculdades, V.1, n.1, 2014.

⁴⁴ MELLO, Márcio Antonio de. **A trajetória da produção e transformação do leite no Oeste catarinense e a busca de vias alternativas.** Florianópolis: UFSC: 1998 apud KONRAD, Joice. **A organização espacial da atividade leiteira em Santa Catarina: uma realidade em transformação?** XVI Encontro Nacional de Geógrafos: Porto Alegre, 2010.

⁴⁵ JOCHIMS, Felipe; DORIGON, Clovis; PORTES, Wagner Miranda. **O leite para o Oeste Catarinense Agropecuária Catarinense.** Florianópolis, v.29, n.3, set./dez. 2016

leite da Mesorregião Oeste de Santa Catarina é produzido em estabelecimentos com até 100 hectares (IBGE, 2006).⁴⁶

De acordo com os dados da Pesquisa agropecuária do IBGE (2016), Santa Catarina é o quarto maior produtor nacional de Leite respondendo por 9,3% da produção brasileira. O estado ficou atrás (na quantidade de produção) de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná. A mesorregião Oeste se destaca como maior produtora estadual, 76% de toda produção.

Tabela 4 Produção pecuária – Posição e participação de Santa Catarina no Brasil – 2016

Produtos	Brasil	Santa Catarina		Posição no Brasil
	(t)	(t)	Part. no BR (%)	
Suínos	3.711.235	968.831(1)	26,1	1 ^a
Frango	13.234.959	2.120.803	16,0	2 ^a
Leite - mil litros	33.624.653	3.113.769	9,3	4 ^a
Mel de abelha	39.589	4.868	12,3	4 ^a
Ovos de galinha - mil dúzias	3.815.770	229.460	6,0	6 ^a
Bovinos	7.358.778	91.526	1,2	14 ^a

Fonte: IBGE. Pesquisa trimestral do abate de animais/Pesquisa Pecuária Municipal.

A importância do setor de laticínios para o desenvolvimento econômico e social do Estado de Santa Catarina pode ser analisada frente a geração de renda para as famílias. O leite é o produto agropecuário que mais emprega no Estado, são cerca de 45 mil produtores de leite.

De acordo com dados obtidos em entrevista realizada na Cooperoeste o fato de haver grande número de produtores de leite se deve a renda do produto, embora outros produtos possam ser mais rentáveis, o leite se apresenta como um dos únicos produtos que garante ao produtor uma renda mensal. Por isso também se apresenta muitas vezes associado a outro tipo de produção mais rentável.

⁴⁶ Idem.

Além disso, dentre os produtos agrícolas ingressar no setor de laticínios é mais fácil de se começar, necessita-se de algumas vacas, um equipamento e espaço para ordenha.

A bovinocultura leiteira possui menores barreiras econômicas para o início da atividade e possibilita a expansão gradual da escala de produção na propriedade rural. Também, na época, era adequada ao trabalho familiar e à sua tradição histórico-cultural porque possibilitava o uso conservacionista dos recursos naturais e permitia o uso de terras não nobres. Atualmente, a atividade gera um bom valor agregado para agricultura e permite que a maior parte desse valor seja apropriado pelos agricultores, possibilitando o ingresso mensal de recursos, importante tanto para os agricultores quanto para as pequenas cidades da região. Dada a extensão da cadeia, a produção leiteira exerce efeito multiplicador sobre a economia regional, permitindo distribuição espacial da indústria (desde pequenas queijarias artesanais até médios/grandes laticínios, que geram empregos e renda bem distribuídos) e firmando-se como uma atividade de grande importância econômica e social na região. Por fim, outra característica importante da cadeia produtiva é o potencial de viabilizar a permanência de um grande número de famílias no meio rural com bons níveis de renda.⁴⁷

O leite também tem um alto valor de produção (3.575.207 mil reais) é o terceiro maior em Santa Catarina, ficando atrás da carne de frango (6.266.621 mil reais) e carne suína (5.230.207 mil reais).

Tabela 5 Número de produtores comerciais em Santa Catarina

Atividade	Nº produtores
Leite (1)	45.000
Fumo (3)	42.530
Bovinos (2)	35.713
Suínos (2)	13.096
Galinhas/frango (corte) (2)	6.654
Banana (1)	3.481
Maçã (1)	2.992
Uva (1)	2.619
Laranja (1)	1.127
Maracujá (1)	821
Pêssego/nectarina (1)	695
Ovos de galinha (2)	612
Ameixa (1)	515

Fonte: (1) Epagri/Cepa, 2016; (2) Cidasc, 2017; (3) Sinditabaco, 2017. CEPA/EPAGRI

⁴⁷ Idem.

Tabela 6 Valor Bruto da produção dos principais produtos da agropecuária em SC – 2017

Produto	2017(1) (mil/ reais)	Posição
Carne de frango	6.266.621	1 ^a
Carne suína	5.230.338	2 ^a
Leite	3.575.207	3 ^a
Soja	2.539.955	4 ^a
Fumo	2.206.865	5 ^a
Milho	1.370.342	6 ^a
Carne bovina	1.366.410	7 ^a
Arroz	1.063.971	8 ^a
Ovos de galinha	943.398	9 ^a
Madeira (outros fins)	694.418	10 ^a
Maçã	649.744	11 ^a
Banana	535.473	12 ^a
Cebola	377.993	13 ^a
Lenha	338.788	14 ^a
Madeira (papel e celulose)	290.898	15 ^a
Feijão	288.263	16 ^a
Tomate	239.474	17 ^a
Mandioca	195.130	18 ^a
Alho	191.438	19 ^a
Batata-Inglesa	127.699	20 ^a
Total	28.492.425	
Demais Produtos	1.078.713	
Santa Catarina	29.571.138	

Fonte: (1) Dados preliminares e estimativas Epagri/Cepa.

“O agronegócio voltado à produção de leite ocupa destacado espaço na economia mundial, representando entre 8,5% e 10,5% do valor total da produção agrícola anual (FAO, 2013). O setor leiteiro brasileiro conquistou lugar de destaque na cadeia pecuária e no cenário econômico do País, passando de uma produção de 15 bilhões de litros por ano nos anos 90 para uma produção superior a 35,6 bilhões de litros em 2014, destacando-se como o quarto produtor mundial (USDA, 2009; EPAGRI, 2015). Esse sistema agroindustrial é um dos mais expressivos do País (CEPEA, 2011), marcado sobretudo pela importância social, pois é fruto da produção familiar (EPAGRI, 2012), cuja produção se caracteriza por ser realizada em pequenas propriedades, o que torna a atividade o principal pilar da agricultura familiar, em especial na Região Oeste, onde se concentra a produção leiteira do Estado.”⁴⁸

⁴⁸ Idem.

3 A QUESTÃO DO COOPERATIVISMO

3.1 PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

“O movimento cooperativista teve origem, na cidade de Manchester (Inglaterra), no bairro de Rochdale, quando um grupo de 28 tecelões, no dia 21 de dezembro de 1844, decidiu fundar a primeira cooperativa do mundo. Os pioneiros de Rochdale, inicialmente, se reuniram, discutiram suas ideias, estabeleceram condutas, definiram seus objetivos, e traçaram metas, que tinham como foco a organização social do grupo. Após doze meses, esses operários conseguiram economizar 28 libras, valor necessário para abrirem um pequeno armazém cooperativo para oferecer aos seus associados, artigos de primeira necessidade e vários outros serviços promovendo, assim, melhores condições de vida. E aí foi criada a primeira cooperativa de consumo. Com o sucesso da cooperativa de Rochdale, as cooperativas de consumo foram se multiplicando pela Europa e desencadeando em todo o mundo a criação de outras cooperativas de vários ramos da atividade econômica, tendo sempre como base os mesmos princípios estabelecidos pelos pioneiros.”⁴⁹

A Cooperativa é uma associação autônoma de pessoas, unidas voluntariamente para atender necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de propriedade coletiva e de controle democrático dos associados. As empresas cooperativas estão baseadas em valores de ajuda mútua, responsabilidade, solidariedade, democracia e participação.⁵⁰

O cooperativismo apresenta características semelhantes nas diferentes partes do mundo, e é bem aceito mesmo em diferentes sistemas político-econômico (capitalismo e socialismo). Na visão capitalista atenuam as características de concentração de capital, e na visão socialista surgem como alternativa de uma nova ordem econômica e social. Conforme Marx (1864) o desenvolvimento das cooperativas é:

“[...] uma vitória ainda maior da economia política do trabalho sobre a economia política da propriedade. Estamos falando do movimento cooperativista, especialmente as fábricas cooperativas criadas pelos esforços independentes de poucas intrépidas mãos. O valor destes experimentos sociais grandiosos não pode ser subestimado. Por fatos e não por argumentos, eles mostraram que a produção em grande escala, e de acordo com os mandamentos da ciência moderna, pode ser conduzida sem a existência de uma classe de mestres empregando uma classe de mão, e que não é necessário para produzir que os instrumentos de trabalho estejam monopolizados como instrumentos de dominação e de exploração contra o próprio

⁴⁹ Brasil. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Cooperativismo**. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. – Brasília: Mapa/SDC/DENACOOP, 2008. P.7.

⁵⁰ Idem.

trabalhador, e que como o trabalho escravo, como trabalho servil, o trabalho contratado não é senão uma forma transitória inferior, destinada a desaparecer perante o trabalho associado que cumpre sua tarefa com motivação, disposição e um coração alegre." (MARX, 1982 p 253)⁵¹

De acordo com documento Cooperativismo elaborado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2008) as cooperativas são regidas por princípios, um conjunto de normas que norteiam a constituição e seu funcionamento:

- 1) Adesão voluntária e livre – as cooperativas são organizações voluntárias, aberta a participação de todos, sem discriminação. Para participar, o interessado deve cumprir com as normas estabelecidas no estatuto social da cooperativa e não ter interesses que conflitam com a cooperativa.;
- 2) Gestão democrática pelos membros - A gestão das cooperativas é realizada pelos cooperados, reunidos em assembleias gerais, democraticamente, participam das decisões, bem como, elegem seus representantes para administrar a cooperativa. Os membros possuem igual direito de voto (cada pessoa = um voto), não importando a quantidade de cotas de cada associado;
- 3) Participação econômica dos sócios - Todos os cooperados contribuem igualmente para a formação do capital social da cooperativa, e o controlam democraticamente.;
- 4) Autonomia e independência - As cooperativas são empreendimentos controlados pelos seus associados, que são os donos do negócio;
- 5) Educação, formação e informação - A cooperativa tem como objetivo permanente destinar ações e recursos para educar, formar e capacitar seus associados, dirigentes, conselheiros e empregados, para a prática do cooperativismo e para o uso de técnicas e equipamentos no processo de produção e comercialização;
- 6) Intercooperação - O trabalho conjunto das cooperativas com a utilização de estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais, fortalecem o movimento cooperativista e atendem de forma mais eficaz aos seus associados e;
- 7) Interesse pela Comunidade - As cooperativas trabalham para o bem-estar de suas comunidades por meio de políticas aprovadas pelos seus associados.⁵²

As diferenças, relação entre trabalhadores e com os superiores, condução da empresa, forma de organização, entre as cooperativas e as sociedades mercantis justificam a crescente aceitação do cooperativismo nos diferentes setores da economia bem como a migração dos trabalhadores que trocam o sistema de integração para o sistema cooperativo.

⁵¹ ALVES, Adriana. **Cooperativismo avícola e o Desenvolvimento Sócioeconômico em Palotina**. Curitiba, 2007. Acesso em 06/08/2019. Disponível em: <<https://img.fae.edu/galeria/getImage/108/1547417863152686.pdf>>.

⁵² Brasil. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Cooperativismo**. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. – Brasília: Mapa/SDC/DENACOOP, 2008.

No quadro 2, estão listadas as diferenças entre Sociedade Cooperativa e Sociedade Mercantil.

Quadro 2 Diferenças entre Sociedade Cooperativa e Sociedade Mercantil	
SOCIEDADE COOPERATIVA	SOCIEDADE MERCANTIL
O principal é o homem.	O principal é o capital.
O cooperado é sempre dono e usuário da sociedade.	Os sócios vendem seus produtos e serviços a uma massa de consumidores.
Cada pessoa conta como um voto na assembleia.	Cada cota ou ação conta um voto na assembleia.
O controle é democrático	O controle é financeiro.
É uma sociedade de pessoas que funciona democraticamente.	É uma sociedade de capital que funciona hierarquicamente.
As cotas não podem ser transferidas a terceiros.	As cotas podem ser transferidas a terceiros.
Afasta o intermediário.	São, muitas vezes, os próprios intermediários.
Os resultados retornam aos sócios de forma proporcional às operações.	Dividendos retornam aos sócios proporcionalmente ao número de ações.
Aberta à participação de novos cooperados.	Limita, por vezes, a quantidade de acionistas.
Valoriza o trabalhador e suas condições de trabalho e vida.	Contrata o trabalhador como força de trabalho.
Defende preços justos.	Defende o maior preço possível.
Promove a integração entre as cooperativas.	Promove a concorrência entre as sociedades.
O compromisso é educativo, social e econômico.	O compromisso é econômico

Fonte: Brasil. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Cooperativismo / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. – Brasília : Mapa/SDC/DENACOOP, 2008.

Em 2014 foi realizado pela Organização das Nações Unidas o primeiro Censo Global do Cooperativismo. Segundo o censo, que coletou e analisou dados de 145 países, existem mais de 2,6 milhões de cooperativas no mundo e cerca de 1 bilhão de membros e clientes. O estudo apurou que 12,6 milhões de funcionários trabalham em 770.000 escritórios e pontos de venda cooperativos. Na somatória as cooperativas empregam cerca de 0,2% da população mundial e geram cerca de US \$ 2,98 trilhões em receita anual.

Dessa forma 1 em cada 6 pessoas em média no mundo tem filiação ou é cliente de uma cooperativa. O ramo mais comum das cooperativas é a agrícola (influenciado por um grande número de cooperativas na Índia e China, onde o pequeno tamanho das terras – 0,3 a 0,4 hectares na China e 1,3 hectares na Índia torna importante que os agricultores trabalhem juntos para obter economias de escala. A tabela 7 fornece um resumo do setor cooperativista no mundo.

Tabela 7 Cooperativismo no Mundo (2012) (Continua)				
Região	África Subsaariana	Ásia	Caribe	Europa
Cooperativas	85,260	1,933,299	1,049	356,380
Associações & clientes	18,509,605	484,105,695	3,583,511	368,006,463
% População membro de cooperativa	2,73	12,68	12,94	45,55
Empregado	10,914	4,306,521	54,569	5,248,852
% População empregada de cooperativa	0,00	0,11	0,20	0,65
Escritórios de cooperativas	5,844	481,871	462	224,593
Total de ativos em US\$ dólares	10,847,166,275	3,847,329,029,490	5,934,856,987	11,688,164,988,277
Receita bruta anual em dólares	851,640,000	653,629,184,870	182,714,007	1,482,481,568,728
Gross REV % of GDP	0,08	3,25	0,13	7,08

Fonte: ONU, Organização das Ações Unidas. **Recenseamento Global das Cooperativas: resultados de 2014**. Disponível em: <<https://www.un.org/esa/socdev/documents/2014/coopsegm/grace.pdf>>. Acesso em: 02 de maio. 2019.

Tabela 8 Cooperativismo no Mundo (2012) (Conclusão)					
Região	América Latina	Oriente Médio e Norte da África	América do Norte	Oceania	Mundo
Cooperativas	42,765	162,779	31,078	1,988	2,614,598
Associações & clientes	44,179,104	4,537,084	134,725,861	14,142,814	1,071,790,167
% População membro de cooperativa	7,81	1,57	38.63	37.80	16.31%
Empregado	816,122	37,714	1,675,714	460,278	12,610,748
% População empregada de cooperativa	0,14	0,01	0,48	1,23	0.19%
Escritórios de cooperativas	14,913	1,095	41,750	1,460	771,988
Total de ativos em US\$ dólares	83,886,544,610	31,681,636,000	3,825,837,112,751	113,746,762,037	19,607,428,096,426
Receita bruta anual em dólares	18,360,221,538	3,619,358,000	744,228,134,380	59,543,292,416	2,962,896,113,938
Gross REV % of GDP	0,33	0,27	4,12	3,46	4,30

Fonte: ONU, Organização das Ações Unidas. **Recenseamento Global das Cooperativas: resultados de 2014.** Disponível em: <<https://www.un.org/esa/socdev/documents/2014/coopsegm/grace.pdf>>. Acesso em: 02 de mai.2019.

No Brasil, de acordo com a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), o cooperativismo emergiu a partir do Movimento Cooperativista Brasileiro no final do século XIX. O movimento iniciou-se em 1889, na cidade de Ouro Preto (MG) com a criação da primeira cooperativa de consumo que se tem registro no Brasil (Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto), e posteriormente alcançou outros estados brasileiros. Em 1902 surgiram as cooperativas de crédito no Rio Grande do Sul, por iniciativa do padre suíço Theodor Amstadt.⁵³ A chegada dos imigrantes alemães e italianos provenientes de regiões industriais da Alemanha e de regiões industriais e agrárias da Itália, forneceu impulso necessário a criação de cooperativas rurais, em 1908 imigrantes italianos fundaram a Cooperativa Agrícola de Rio Maior (Cooperprima) em Urussanga-SC.

⁵³ PORTAL BAIANO DAS COOPERATIVAS. História do cooperativismo. Disponível em: <www.bahiacoopervivo.coop.br/historia-do-cooperativismo>. Acessado em: 13/03/2017.

A Primeira República do Brasil (1889 – 1930) foi marcada pela especialização agrícola (principalmente produção do café). Durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945), o modelo agroexportador é ameaçado pela crise de 1929 e para evitar perdas o presidente passa a intervir de maneira intensiva na economia, numa tentativa de manutenção do preço do café e início de políticas de substituição de importações. As cooperativas foram vistas como entrada para tal diversificação, pois abrangiam vasta camada de pequenos proprietários. O período Vargas foi fundamental, pois regulamentou as relações econômicas, abrangendo desde as relações de trabalho até o cooperativismo⁵⁴.

O decreto nº 22.239, de 1932 vai regulamentar o sistema cooperativo brasileiro, definindo o número mínimo de pessoas, as obrigações, as proibições entre outros. Além de firmar no Artigo 2º o conceito de sociedade cooperativa: Art. 2º - As sociedades cooperativas, qualquer que seja a sua natureza, civil ou mercantil, são sociedades de pessoas e não de capital de forma jurídica sui generis que se distinguem das demais sociedades pelos pontos característicos que se seguem, não podendo os estatutos consignar dispositivos que infrinjam: a) variabilidade do capital social, para aquelas que se constituem com capital social declarado; b) não limitação do número de associados, sendo, entretanto, este número no mínimo de sete; c) limitação do valor da soma de quotas-partes do capital social que cada associado poderá possuir; d) inacessibilidade das quotas-partes do capital social, a terceiros estranhos à sociedade, ainda mesmo em causa-mortis; e) quórum para funcionar e deliberar a assembleia geral fundado no número de associados presentes à reunião e não no capital social representado; f) distribuição de lucros ou sobras proporcionalmente ao valor das operações efetuadas pelo associado com a sociedade, podendo ser atribuído ao capital-social um juro fixo, não maior de 9% ao ano, previamente estabelecido nos estatutos, – ou ausência completa de distribuição de lucros – ou, no caso de fixação de um dividendo a distribuir aos associados, ser o mesmo determinado também nos estatutos até o máximo de 12 % ao ano, proporcional ao valor realizado das quotas-partes do capital; g) indivisibilidade do fundo de reserva entre os associados, mesmo em caso de dissolução da sociedade; h) singularidade de voto nas deliberações, isto é, cada associado tem um só voto, quer a sociedade tenha, ou não, capital-social, e esse direito é pessoal e não admite representação, senão em casos especiais, taxativamente expressos nos estatutos, não sendo, nesses casos, permitido a um associado representar mais que um outro; i) área de ação determinada.⁵⁵

Com a regulamentação o Estado passa a incentivar a criação de cooperativas através da isenção de impostos além de criar instituições públicas voltadas ao fomento da prática cooperativista como o Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC) no início da década 1950. O governo de Juscelino Kubitschek continua os investimentos no setor cooperativista, em 1956 cria a União Nacional das Associações Cooperativas (UNASCO), favorecendo ainda mais o setor.⁵⁶

⁵⁴ ALVES, André Gustavo de Miranda Pineli. *As cooperativas Agropecuárias e o BRDE*, 2003.

⁵⁵ VARGAS, Getúlio. **DECRETO Nº 22.239 DE 19 DE DEZEMBRO DE 1932**. República dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D22239.htm>. Acesso em: 15/03/2017

⁵⁶ GONÇALVES, Ricardo Carvalho. *A Evolução do Cooperativismo Agropecuário no Brasil*. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

O objetivo de industrialização nacional de Vargas e Kubitschek faz considerar a modernização da agricultura indispensável, reservando às cooperativas agropecuárias o papel executor das políticas públicas rurais.⁵⁷

O processo de modernização da agricultura que ocorreu após 1960, recebeu o nome de “Revolução Verde”, tendo como principais elementos, a difusão de relações de trabalho capitalistas no meio rural e a incorporação de insumos industriais à tecnologia de produção.

O desenvolvimento do cooperativismo agropecuário brasileiro entre 1950 - 1970 teve tamanho desempenho devido principalmente ao forte amparo fornecido pelo Estado ao setor. Os pequenos produtores viam vantagens em se organizar em forma de cooperativas, pois essas permitiam o acesso ao crédito oficial, garantia da comercialização de sua produção, utilização de insumos industriais e assistência técnica das cooperativas.⁵⁸

O final da década de 1970 e início de 1980 serão marcados pelos acordos feitos com o Fundo Monetário Internacional como desculpa para conter a inflação e o desequilíbrio no balanço de pagamentos. A adoção de planos de combate à inflação: Plano Cruzado (1986), Plano Verão (1989), Plano Collor (1990) e Plano Real (1994) agravavam a crise no setor cooperativista, causando respectivamente: a) endividamento do setor; b) congelamento dos preços dos produtos agrícolas enquanto que partes dos financiamentos eram corrigidas pela variação das Letras do Tesouro; c) falta de recursos aos agricultores após confisco dos ativos financeiros de pessoas físicas e jurídicas ocorrido durante a safra que deixou os agricultores sem recursos para realizar a colheita dos produtos; e d) aprofundamento da abertura comercial, que forçou os produtos brasileiros a competir com os importados trazendo prejuízos as cooperativas.⁵⁹

Após fases de incentivo e descaso, as cooperativas continuam a desempenhar papel fundamental em praticamente todas as cadeias do agronegócio nacional. Conforme dados do IBGE, em 2006, o modelo cooperativista representou aproximadamente 50% do total da produção agropecuária nacional, representando 5,4% do PIB brasileiro em 2012. Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e

⁵⁷ BRDE, BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL. **As cooperativas agropecuárias e o BRDE: histórico, situação atual e perspectivas.** 2003. Disponível em: <www.brde.com.br/media/brde.com.br/doc/estudos_e_pub/As%20Cooperativas%20Agropecuarias%20e%20o%20BRDE.pdf>. Acesso em: 16 de mar. 2017.

⁵⁸ Idem.

⁵⁹ Idem.

Abastecimento (Mapa), cerca de 10,4 milhões de pessoas estão ligadas às cooperativas do país.⁶⁰

Com base nas diferentes áreas que o movimento cooperativista atua, a OCB organizou em 1993 as cooperativas em treze ramos da economia: Agropecuário, consumo, crédito, educacional, especial, infraestrutura, habitacional, produção, mineral, trabalho, saúde, turismo e lazer e transporte.

1) Agropecuário: formado por cooperativas de produtores rurais e de pesca que procuram aperfeiçoar o processo de produção, bem como obter preços melhores para seus produtos.;

2) Consumo: Este ramo é composto por cooperativas que buscam melhores condições de compra de produtos de consumo, para oferecer ao seu quadro social artigos com preços mais acessíveis, tais como: alimentos, roupas, medicamentos, dentre outros;

3) Crédito: O ramo é constituído por cooperativas de crédito rural e urbano. As cooperativas de crédito promovem a poupança e financiam as necessidades de seus associados, em condições mais acessíveis que as praticadas pelos bancos comerciais.;

4) Educacional: Este ramo agrupa cooperativas de professores, de alunos, de pais de alunos, que se juntam para conquistar uma melhor qualidade de ensino, como também, melhores condições de trabalho e renda;

5) Especial: Neste ramo estão cooperativas formadas por menores de idade com situação familiar econômica e social difícil, portadores de necessidades especiais ou outros grupos que necessitem de tutela ou se encontrem em situação de desvantagem. Estas cooperativas visam o desenvolvimento da cidadania, o resgate da auto-estima e, a inserção de seus cooperados no mercado de trabalho;

6) Infraestrutura: Neste ramo estão classificadas as cooperativas que têm como objetivo atender de forma direta e prioritária, as necessidades de seus associados, com relação a serviços de infraestrutura básica (eletrificação e telefonia);

⁶⁰ SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA. **A força das cooperativas agropecuárias no Brasil.** 2013. Disponível em: <<http://sna.agr.br/a-forca-das-cooperativas-agropecuarias/>>. Acesso em: 16 de mar. 2017.

7) Habitacional: Ramo constituído por cooperativas destinadas a viabilizar a compra ou a construção da casa própria, ou ainda para manter e administrar conjuntos habitacionais para seus associados.;

8) Produção: Ramo constituído por cooperativas que organizam a produção dos bens e mercadorias, de maneira que os cooperados participem do quadro direutivo, técnico e funcional. No caso de empresas que entram em processo de falência, a cooperativa de produção, geralmente, é a alternativa para a manutenção dos postos de trabalho. Os associados são donos coletivos dos meios de produção;

9) Mineral: responsáveis por todos os processos da atividade mineradora, além de se comprometerem a cuidar da saúde e educação de seus associados;

10) Trabalho: agrupa cooperativas de diversos tipos de profissionais que prestam serviços a terceiros. É um segmento muito abrangente, uma vez que, integrantes de qualquer área profissional podem se organizar em cooperativa.

11) Saúde: Ramo composto por cooperativas de médicos, psicólogos, odontólogos e, também, por usuários destes serviços. Oferecem atendimento à população, no tocante a preservação e recuperação da saúde humana, a um custo mais baixo.

12) Turismo e Lazer: Este é o ramo que reúne cooperativas que prestam serviços turísticos, artísticos, de entretenimento, de esportes e de hotelaria. O Brasil é um país com grande potencial de lazer e turismo e, este tipo de organização possibilita oferecer serviços educativos, prazerosos e de menor custo e;

13) Transporte: Neste ramo estão classificadas as cooperativas que atuam no transporte de passageiros e cargas.

Além da Organização Cooperativista Brasileira outras organizações também foram criadas a fim de representar as cooperativas que não se adequavam a OCB, por questionar seu funcionamento de caráter conservador, objetivando um cooperativismo solidário. A exemplo temos a União Nacional das Organizações Cooperativas Solidárias (UNICOPAS) que aglutinam as maiores centrais de cooperativas de economia solidária do Brasil (Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária do Brasil - CONCRAB, União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária - Unicafes e Central de Cooperativas e

Empreendimentos Solidários - Unisol). A UNICOPAS representa cerca de 2.600 cooperativas do campo e da cidade, representando 850 mil associados⁶¹.

3.2 O COOPERATIVISMO EM SANTA CATARINA

A origem do cooperativismo no sul do Brasil está associada aos interesses dos agricultores e do Estado, visto que os primeiros queriam ascensão econômica e o rompimento com as ações “usurpadoras” dos grandes comerciantes e capitalistas. Os produtores do Estado do Rio Grande do Sul registram que

[...] os compradores de grãos lhes cobravam taxas exorbitantes de comissão para a venda, armazenagem e limpeza de seus produtos, além da cobrança de pesados ágios sobre títulos de crédito, assim como altos juros sobre seus empréstimos. Além disso, trapaceavam na classificação dos grãos, atribuindo-lhes um teor de umidade superior ao que efetivamente continham, reduzindo, assim, seu valor, com o objetivo de pagar-lhes um preço menor do que aquele a que faziam jus; trapaceavam ainda no próprio peso físico da produção. Segundo os produtores era, contudo, na comercialização da soja onde atuavam com mais ímpeto essas forças “usurpadoras”. Não era raro, por exemplo, que os exportadores, comerciantes e industriais do óleo de soja retardassem suas compras do grão, de modo a criar uma abundância artificial, desorganizando e estabelecendo pânico no mercado e forçando a queda dos preços da oleaginosa. Além disso, conforme interesses momentâneos, ditados pelo comportamento dos vários segmentos do mercado, os mesmos agentes buscavam manipular as cotas de produção para os mercados interno e externo, contra o interesse dos produtores.⁶²

E o segundo precisava financiar a estrutura agroindustrial cooperativa para ampliar o processo de substituição de importações.⁶³ As cooperativas agroindustriais no Oeste catarinense vão surgir em meados da década de 1960, como alternativa aos pequenos agricultores que se encontravam nas mãos de atravessadores dos grandes centros. No início as cooperativas enfrentaram uma série de dificuldades, como o descrédito perante as instituições financeiras a ponto de não fornecerem crédito para incremento de capital para dar sequência aos negócios das cooperativas.⁶⁴

⁶¹ UNICOPAS, União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias. **Quem somos.** Disponível em: <unicopas.org.br/quem-somos/>. Acessado em: 07/05/2019.

⁶² BENETTI, Mana Domingues. **Origem e formação do cooperativismo empresarial no Rio Grande do Sul: uma análise do desenvolvimento da COTRIJUI, COTRISA e FECOTRIGO - 1957/1980.** Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1992.

⁶³ FARIAS, Fernando Rodrigo. **O cooperativismo agropecuário no sul do Brasil.** São Paulo: XI Encontro nacional da ANPEGE: a diversidade da Geografia brasileira- escalas e dimensões da análise e da ação, 2015.

⁶⁴ SILVESTRIN, ALVIRIO. Bodanese a geração de um pioneiro. 2 ed. Chapecó, coleção biografias,1999 apud FARIAS, Fernando Rodrigo. **O cooperativismo agropecuário no sul do Brasil.** São Paulo: XI Encontro nacional da ANPEGE: a diversidade da Geografia brasileira- escalas e dimensões da análise e da ação, 2015.

No final da década de 1960 que surge a Cooperativa Central Oeste Catarinense (Aurora Alimentos), que funciona como uma cooperativa industrial integrando várias outras cooperativas. A Aurora tinha como proposta aproveitar o grande potencial agropecuário regional de suínos, já que o frigorífico existente na época (Frigorífico Chapecó) que representava a, maior parte das opções comerciais “absorvia apenas 30% da produção de suínos, sendo que a maior parte da produção era escoada para outras regiões industriais do país como Concórdia, Videira, Curitiba e Rio Grande do Sul, além de São Paulo. A nova cooperativa de “caráter industrial” foi criada por uma necessidade regional e os resultados esperados estavam pautados em novas oportunidades de agregação de valor à produção de suínos, além de proporcionar regulação do mercado regional de suínos que se encontrava sob o domínio de frigoríficos privados, que manipulavam os preços “de maneira desleal”.⁶⁵

Na região sul, se concentram algumas das maiores empresas cooperativas agropecuárias do Brasil. Das 10 (dez) maiores do país, 5 (cinco), pelo menos, operam nos estados do Paraná (Coamo, Cocamar e C. Vale) e Santa Catarina (Cooperalfa e Aurora)⁶⁶.

Santa Catarina teve o primeiro contato com as ideias cooperativistas em 1842, quando dois franceses liderados pelo médico Benoit Joseph Mure, atraídos pelas ideias do filósofo Charles Fourier, tentaram implantar em 1842, a Vila da Glória no município de São Francisco do Sul. Anos depois em 1845 o major belga Carlos Lebon Van Lede iniciou a fundação da "Colônia Belga", as margens do Rio Itajaí, numa região conhecida como Ilhota. Ambas experiências fracassaram.⁶⁷

O crescimento cooperativista em Santa Catarina, criou a necessidade de uma entidade de representação, o primeiro órgão a representar o setor a nível estadual foi a Associação das Cooperativas de Santa Catarina - ASCOOP, fundada em 1964, com objetivo de dar uniformidade ao movimento cooperativista em todo o território estadual. Em 1971, no governo Emílio G. Médici foi promulgada a lei 5.764/71 que define a Política Nacional do Cooperativismo. A lei instituiu um conjunto de entidades representativas do sistema cooperativista nacional, dirigida pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), em cada unidade da Federação, por uma organização estadual.

⁶⁵ Idem.

⁶⁶ FARIA, Fernando Rodrigo. **O cooperativismo agropecuário no sul do Brasil.** São Paulo: XI Encontro nacional da ANPEGE: a diversidade da Geografia brasileira- escalas e dimensões da análise e da ação, 2015.

⁶⁷ ALVES, Adriana. **Cooperativismo avícola e o desenvolvimento socioeconômico em Palotina.** Curitiba, 2007. Disponível em: <<https://img.fae.edu/galeria/getImage/108/1547417863152686.pdf>>. Acessado em: 03 de mar. 2019.

Em Santa Catarina, este sistema passa a ser representado pela Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (OCESC).⁶⁸

A importância do cooperativismo (agropecuário, saúde, transporte, crédito, consumo e infraestrutura) para o estado catarinense é diretamente refletido no Produto Interno Bruto (PIB) do estado, que foi equivalente a 11% em 2014.⁶⁹ Além dessa forte contribuição para o PIB, cooperativismo é um forte gerador de renda para os catarinenses, o Estado tem a maior taxa de adesão ao cooperativismo do Brasil: mais da metade da população está vinculada a essas organizações humanas. Os 2,2 milhões de associados, consideradas as famílias, representam mais de 4,5 milhões de catarinenses. Segundo a OCESC, o cooperativismo catarinense cresceu 36,54% no quadriênio 2014-2017, mantendo uma média de 9,1% ao ano. As 263 cooperativas catarinenses faturaram R\$ 32,6 bilhões de reais em 2017.⁷⁰

De acordo com a OCESC, dados de 2018, o setor cooperativista que apresenta maior número de cooperados é o setor de crédito, são aproximadamente 1744293 cooperados, seguido das cooperativas ligadas ao ramo da infraestrutura (339381), consumo (277639) e agropecuária (71629). O setor de crédito, também detém maior número de cooperativas, 61, seguido pelo setor agropecuário com 47 cooperativas, setor de transporte com 46 cooperativas, infraestrutura, 34 cooperativas e saúde com 30 cooperativas.

As cooperativas agropecuárias são responsáveis pela maior geração de emprego no setor em Santa Catarina, 40.392 empregados. O que se justifica pela grande exigência do setor em mão de obra. A necessidade de se estabelecer uma infraestrutura para o beneficiamento do produto agropecuário dentro de normas específicas colabora para que as cooperativas agropecuárias apresentem maior receita e patrimônio.

A importância das cooperativas na produção de leite é ainda maior, uma vez que estruturalmente o setor é tradicionalmente muito pulverizado, composto por

⁶⁸ BRDE, BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL. **As cooperativas agropecuárias e o BRDE: histórico, situação atual e perspectivas**. 2003. Disponível em: <www.brde.com.br/media/brde.com.br/doc/estudos_e_pub/As%20Cooperativas%20Agropecuarias%20e%20o%20BRDE.pdf>. Acessado em: 16/03/2017.

⁶⁹ G1 GLOBO. **Crescimento no setor cooperativista de SC é maior que a média nacional**. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2015/04/crescimento-no-setor-cooperativista-de-sc-e-maior-que-media-nacional.html>>. Acesso em 16/03/2017.

⁷⁰ SC RURAL. **GRUPO “Sabor no campo” de Ituporanga é exemplo de cooperativismo**. Disponível em: <<http://www.scrural.sc.gov.br/?cat=61>>. Acesso em: 06 de maio. 2019.

milhares de pequenos produtores, além do fato tratar-se de um produto sem possibilidade de estocagem ou proteção em mercados financeiros.⁷¹

No Brasil estima-se que em 2003, cerca de 40% da produção do leite corresponde às cooperativas. Nos Estados Unidos, cerca de 89% do leite é captado por cooperativas; na Austrália, esse valor chega a 80%; na Dinamarca, as cooperativas controlam 90% da captação e na Nova Zelândia, cerca de 95% do leite é captado por cooperativas⁷².

Na produção de leite, conforme dados da Epagri, (1990), as cooperativas de Santa Catarina são responsáveis por mais de 50% da produção do Estado⁷³.

Gráfico 1 Número de cooperados, por ramo, 2018⁷⁴

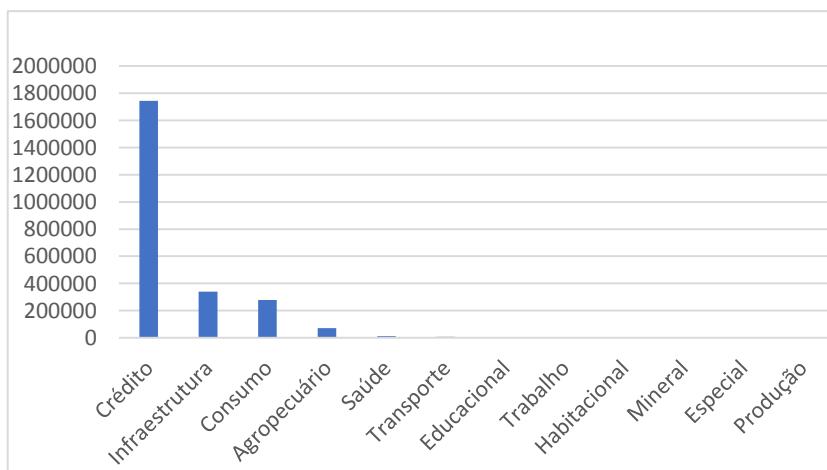
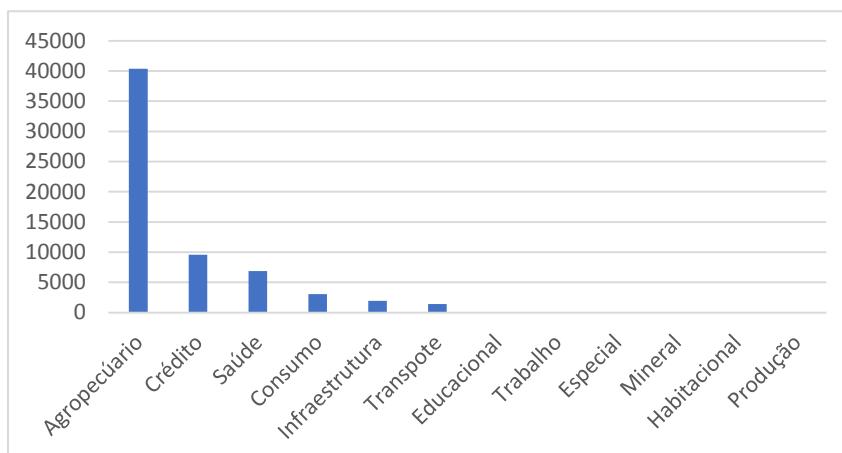


Gráfico 2 Número de empregados por ramo 2018



⁷¹ CARVALHO, Marcelo Pereira de. **Cooperativismo lácteo no Brasil: desafios e oportunidades**. São Paulo: 2003. Disponível em: <<https://www.milkpoint.com.br/cadeia-do-leite/artigos-especiais/cooperativismo-lacteo-no-brasil-desafios-e-oportunidades-8625n.aspx>>. Visualizado em: 10 de abril. 2017.

⁷² CARVALHO, Marcelo Pereira de. Cooperativismo lácteo no Brasil: desafios e oportunidades. São Paulo: 2003. Disponível em: <<https://www.milkpoint.com.br/cadeia-do-leite/artigos-especiais/cooperativismo-lacteo-no-brasil-desafios-e-oportunidades-8625n.aspx>>. Visualizado em: 10 de abril. 2017.

⁷³ PAULILO, Maria Ignez Silveira. Leite: produção familiar, mercado e saúde pública. 2001. Disponível em: <1naf.ufsc.br/files/2010/08/Leite-prod.pdf>. Acesso em: 19 de mar. 2017.

⁷⁴ Gráficos do 1 ao 4, Fonte: OCESC, Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina. Dados do Cooperativismo de Santa Catarina, 20018. Disponível em: <http://admin.ocesc.org.br/padrao_itens/arquivos/107.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2019.

Gráfico 3 Número de Cooperativas, por ramo, 2018

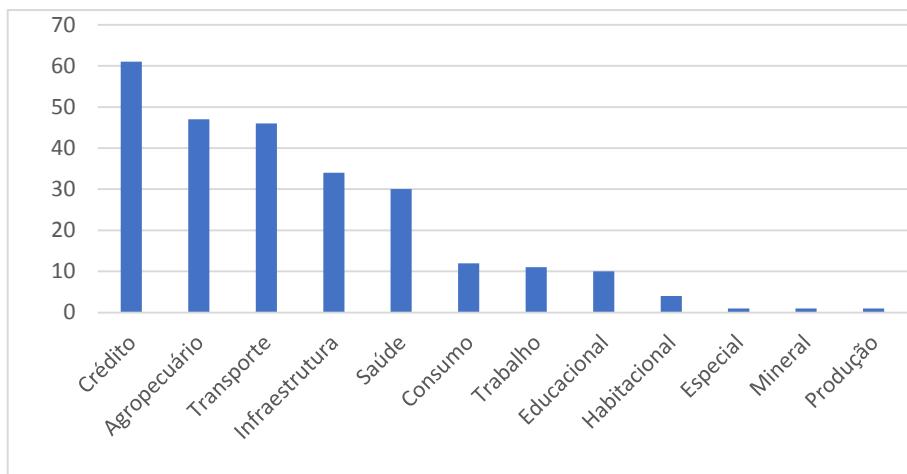
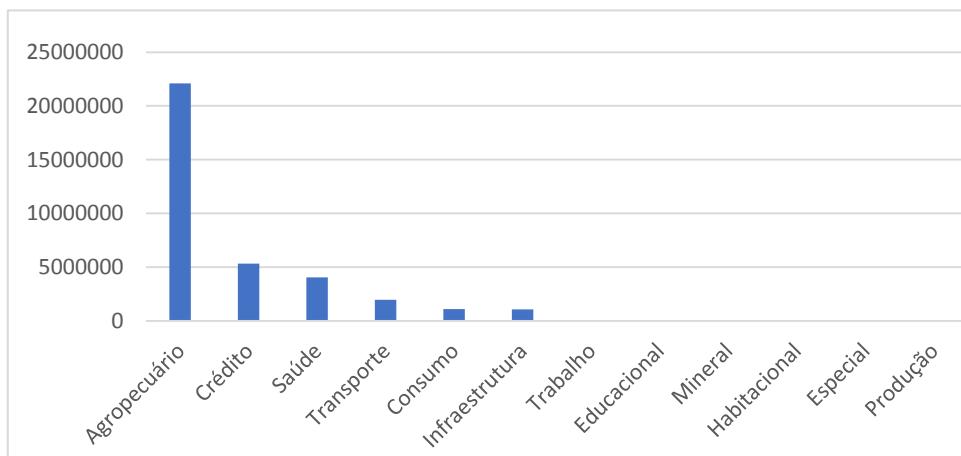


Gráfico 4 Ingressos/receitas totais, por ramo, 2018.



3.3 O COOPERATIVISMO E O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

A concentração fundiária, problema existente desde o período colonial brasileiro, arrasta-se ainda sem solução. A não realização da reforma agrária, prometida em 1964 com o Estatuto da Terra e a colonização oficial, atraindo e depois abandonando os colonos em áreas pioneiras sem condições de vida e escoamento de produção deram origem ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra⁷⁵.

A concentração de terras iniciou-se com as sesmarias. A coroa portuguesa conferia aos integrantes da nobreza grandes extensões de terra, denominadas de capitâncias hereditárias. A lei de sesmarias foi criada pelo rei português Dom Fernando I, em 1375, e integrava um conjunto de medidas adotadas pelo governante com o intuito de combater uma aguda crise de abastecimento por qual passava o reino, condicionando o direito à terra a seu efetivo cultivo.⁷⁶ Os donatários das capitâncias hereditárias poderiam deixar essas terras como herança ou distribuí-las a outros membros da elite para explorá-las. As sesmarias permaneceram até o decreto da Lei de Terras em 1850 por D. Pedro II. O decreto estabelecia um valor a terra, o que impedia a população desprovida de recursos (africanos que foram escravizados e imigrantes europeus) a acessá-la, mantendo-os como mão de obra. Dessa forma, a Lei de Terras conservou os privilégios da elite, na época representada pelos escravocratas.⁷⁷ A concentração fundiária, forneceu as condições essenciais para o desenvolvimento do agronegócio no Brasil. O agronegócio é o símbolo do desenvolvimento capitalista no campo brasileiro e consolidou-se sem a necessidade de se realizar a reforma agrária.

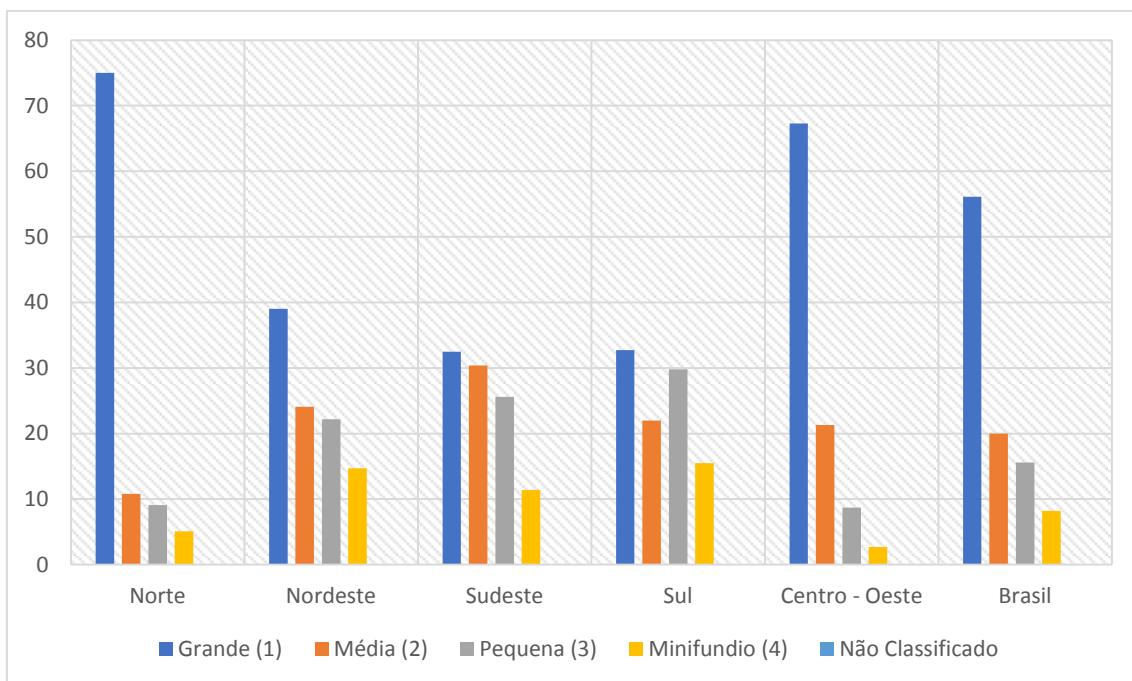
O conjunto de gráficos exibe a concentração de Terras existente nas cinco regiões do Brasil: as Regiões Norte e Centro Oeste apresentam maior concentração de terras, a região Sul apresenta-se como a mais equilibrada, com semelhante número de propriedades grandes, pequenas e médias.

⁷⁵ CPT, Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos de Terra no Brasil**, 1985. Fonte: <<https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/conflitos-no-campo-brasil>>.

⁷⁶ PLATAFORMA S.I.L.B. **O sistema sesmarial**. Fonte: <www.silb.cchla.ufrn.br/o-sistema-sesmarial>.

⁷⁷ CAMACHO, Rodrigo Simão. **A histórica concentração fundiária de Brasil: estudo de caso do município de Paulicéia/SP**. Geografia em questão V.04, N. 01, 2011, pág. 43-60. Fonte: <[e-revista.unioeste.br/index.php/geoemquestao/article/viewFile/4439/3663](http://revista.unioeste.br/index.php/geoemquestao/article/viewFile/4439/3663)>.

Gráfico 5 Distribuição da área total dos imóveis rurais (1) por categoria



Fonte: INCRA. Estatísticas Cadastrais Elaboração DIEESE Nota: (1) imóvel rural de área superior a 15 módulos fiscais; (2) imóvel superior 4 e até 15 módulos fiscais; (3) imóvel rural de área compreendida entre 1 e 4 módulos fiscais e;(4) imóvel rural com área inferior a 1 módulo fiscal

Os assentamentos representam num primeiro momento a consagração da luta (conquista de um objetivo – a terra), que logo se desdobram em novas perspectivas de produção, renda, moradia e condições dignas de vida e de trabalho. O assentamento pode ser entendido como ponto de chegada, ou seja, o acesso à terra. Mas é também um ponto de partida, pois com a Terra os assentados se tornam novos atores na produção familiar.⁷⁸

O desafio inicial na constituição de um movimento dos Trabalhadores Rurais soberano e unificado estava na mudança da percepção dos camponeses após obterem a Terra. O assentado após conquistar a terra tornava-se um pequeno proprietário (a produção ia para seu auto sustento e o excedente para o mercado). Esse pensamento individualista gerava uma divergência interna de interesses,

⁷⁸ UNB, Universidade de Brasília. Realidade agrária brasileira. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/realidade/2-assentamentos-rurais>>. Acessado em:30 de maio. 2019.

enquanto o MST lutava pela Reforma Agrária os indivíduo “Sem Terra” lutavam pela terra e após conquistar passavam a produzir individualmente.⁷⁹

A partir de 1984 a questão da produção torna-se preocupante dentro do MST. O número de assentados e assentamentos aumentam, mas as famílias continuam na miséria. A necessidade de construir uma solução junto as famílias fazem-se multiplicar as experiencias de cooperação, via associação. A forma de produção dos assentados estava sendo organizada de duas maneiras: pequenas e grandes associações. A primeira, era organizada por pequenos grupos e associações coletivas sob influência religiosa, e seguindo a orientação de Mao Tse Tung, que via nas pequenas associações a possibilidade de se desenvolverem até chegar as grandes cooperativas; e as grandes associações, tinham como enfoque a prestação de serviços e representação política dos assentados.⁸⁰

Decorrente dessa preocupação cada vez mais crescente com os assentados, em maio de 1986 aconteceu o Primeiro Encontro Nacional dos Assentados. Decorrente desse encontro, um documento trazia como decisão que; a) os assentamentos devem avançar em conjunto; b) o título da terra deve ser coletivo; c) emissão de uma pauta de reivindicações (essa pauta desencadeou na conquista, em 1986, do Programa Especial de Crédito a Reforma Agrária - PROCERA, uma linha de crédito para investimento em área de reforma agrária); d) dentro da agrovila, cada família assentada poderia ter seu lote e trabalhar individualmente.⁸¹

A experiencia cubana no modelo cooperativista fez ampliar as discussões acerca do cooperativismo nos assentamentos. Em 1987, aconteceu o III Encontro nacional do MST com um olhar mais atento a organização dos assentados, no ano seguinte foi organizado o Manual de Cooperação Agrícola que entre outras medidas orientava a formação e funcionamento das associações e em 1989 surge o Manual para estruturação, organização e administração dos grupos coletivos elaborados pela Secretaria Regional do Nordeste. Em 1989 é realizado o V Encontro Nacional do MST com o lema: OCUPAR, RESISTIR, PRODUZIR.⁸²

⁷⁹ CONCRAB, Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil. Sistema Cooperativista dos Assentados. caderno de cooperação Agrícola Nº 5. São Paulo, 1997. Disponível em: <www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Cadernos%20de%20cooperação%20agricola%20nº%205.pdf>. Acesso em: 05 de fev. 2019.

⁸⁰ Idem.

⁸¹ Idem.

⁸² Idem.

Após todos os debates sobre a necessidade de organização da produção, são criadas as primeiras cooperativas no Rio Grande do Sul: COOPANOR (1989), COOPTIL (1989) e COOPTAR (1990). Também no Rio Grande do Sul surge a primeira Cooperativa de Comercialização - COANOL, 1990 - com a finalidade de regulamentar o mercado da região.⁸³

Para o MST o cooperativismo não representa apenas uma nova relação de produção, e sim uma forma de resistência ao modelo capitalista de desenvolvimento econômico marcado no meio rural pela expropriação das terras. O MST via na cooperação a principal saída para a organização do trabalho e viabilidade econômica da produção. Orientado pela “teoria da organização no campo” – fundamentada em concepções kautskianas –, incentivou a criação de diversas cooperativas em todo o país. O cooperativismo pressupunha a construção de novas relações de trabalho e a supressão das formas tradicionais de organização da produção⁸⁴. O MST, entendeu a impossibilidade de avançar na luta pela reforma agrária e melhoria da qualidade de vida se a produção dos assentados continuasse apenas para subsistência. A negação em adentrar no mercado para não participar do modelo capitalista, só intensificava a exclusão dessa parcela da população.

A necessidade de fortalecimento da cooperação agrícola dentro dos assentamentos contribuiu para a criação de um Sistema Cooperativista dos Assentamentos. Dessa forma em 1990 as cooperativas passam a ser defendidas como uma etapa superior de organização coletiva da terra, do trabalho e do capital.

Entre 1989 e 1993 foram desenvolvidos uma série de documentos para a organização dos assentados e de suas produções. A constituição de 1988 passou a permitir a autonomia das cooperativas, liberando-as do controle do INCRA e da OCB⁸⁵. Em junho de 1990 saiu o “Documento Básico para discussões nos estados” onde constava o calendário para a implantação do Sistema Cooperativista dos Assentamentos (SCA): na base teria as Cooperativas de Produção Agropecuárias (CPAs), Cooperativas de Comercialização Regionais (CCRs), os Grupos Coletivos (GCs) e as Associações; a nível estadual seriam as Cooperativas Centrais da Reforma Agrária (CCAs); e a nível nacional uma Confederação. Perante a

⁸³Idem.

⁸⁴BORGES, Juliano Luis. **Bases históricas do Cooperativismo no MST**. Revista fato&versões / n. 3 v. 2 / p.157-173 / 2010.

⁸⁵Perante a Constituição de 1988, nenhuma entidade é obrigada a se filiar ou se manter filiada a uma organização para existir.

Constituição de 1988, nenhuma entidade é obrigada a se filiar ou se manter filiada a uma organização para existir.

Em 1990 começa a construção do Sistema Cooperativista dos Assentamentos. Foram definidos durante o seminário sobre experiências de Cooperação Agrícola os seis estados prioritários para a constituição do SCA: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Espírito Santo, Bahia e Ceará. Em 1991 é constituída no Rio Grande do Sul a COCEARGS, primeira CCA. Em janeiro de 1992 estavam constituídas cinco CCAs.⁸⁶

Em 1992 é constituída a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB), em Curitiba – PR. Em 1993 começou um período de crise e consequentemente percebeu-se a necessidade de enfrentar o desafio da administração das Cooperativas. Como resposta é criado um Curso Técnico em Administração de Cooperativas (TAC). Em 1994 começam a serem instaladas as Cooperativas Regionais, para prestação de serviços ou de comercialização, como uma forma de atender aos individuais e de promover a cooperação agrícola.⁸⁷

Em dezembro de 1994 aconteceu o Seminário Nacional sobre: “A perspectiva da cooperação no MST” embasado nos textos preparatórios que retratavam a crise nas CPAs. O Sistema Cooperativista dos Assentamentos avançou no entendimento das seguintes questões: a) o que massifica a cooperação nos assentamentos são as formas não produtivas (prestação de serviços); b) As CPAs continuam sendo a forma superior de organização e estratégia para o MST e portanto devem ser constituídas em condições muito bem definidas; c) o que determina a possibilidade não é mais o tamanho do lote (terra) e sim sua localização, modelo tecnológico, volume de capital e mercado. Enfim, o que orienta e organiza a cooperação é o capital e não a terra; d) A introdução de agroindústria nos assentamentos é estratégico para o desenvolvimento econômico dos assentamentos e de todo o interior do país, envolvendo a juventude e agregando valor a mercadoria produzida; e) Não haverá desenvolvimento autônomo nos assentamentos sem a presença do Estado, e neste caso, de um Estado controlado e dirigido pela classe trabalhadora. O Estado tem um papel indutor da cooperação, via crédito, assistência técnica e pesquisa e; f) está descartada a possibilidade da “acumulação primitiva” de capital

⁸⁶ Idem.

⁸⁷ Idem.

nos assentamentos, determinando aos assentados a necessidade de disputar através da luta política a mais valia social.⁸⁸ Em 1995, é fundado o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária, ITERRA, em Veranópolis, RS, e nele a Escola Josué de Castro. A fundação de ambos se deu com a finalidade de assumir o curso TAC e o magistério em vista de formar militantes e técnicos para o MST e também para a capacitação de mão de obra na área de agroindústria.⁸⁹

O MST organiza o assentamento com base em duas frentes: a primeira gira em torno do assentamento propriamente dito, o que inclui: a) adquirir informações sobre o assentamento, reconhecimento da área e divisas, levantamento do patrimônio, conhecimento sobre o que se produz na região e qual a necessidade desta, planejamento de produção; b) organizar a comunidade: decidir o que o assentamento precisa (escola, igreja, posto de saúde, ônibus, localização dos principais marcos, etc); c) garantir a organização (escolher a direção, tesoureiro, definir como continuar ajudando o MST na luta pela reforma agrária, etc); d) discutir a possibilidade de se instalar agrovilas (facilitando as benfeitorias sociais como acesso a agua, postos de saúde, luz, etc); e) refletir como serão as relações com outras entidades e com as organizações dos trabalhadores existentes na região (relação com os vizinhos, organizações existentes na área urbana, relação com a população em geral), f) definir acerca das questões ideológicas como será feito o trabalho ideológico (formação de lideranças, capacitação técnica, etc).⁹⁰

As discussões sobre a organização da produção incluem: a) a necessidade de garantir o básico (subsistência); b) conhecimento da realidade da área (localização, vias de transporte, energia elétrica, agua, etc); c) clareza da viabilidade econômica da área; d) estratégias voltadas ao desenvolvimento da região (articulação com as organizações sociais, formação de quadros, etc; e) planejamento global do assentamento ou da cooperativa (ter clareza de como serão resolvidos os problemas de infraestrutura, matriz produtiva a ser adotada, etc).⁹¹

A organização dos assentamentos e da sua produção encontrou e ainda encontra muitos limites, grande parte devido aos interesses de mercado e sua política agrícola.: a) A política agrícola: o modelo neoliberal a qual o país esteve inserido com mais intensidade entre as décadas de 1990 a 2002 e partir de 2017 e

⁸⁸ Idem.

⁸⁹ Idem.

⁹⁰ Idem.

⁹¹ Idem.

com menos intensidade durante os governos Lula e Dilma, onde houve uma política de coalizão entre os diferentes setores da sociedade, não tem interesse em fornecer subsídio agrícola para os pequenos produtores rurais, além de estar interessado em manter as importações e; b) Mercado: compreender a lógica de funcionamento do mercado, buscar um mercado alternativo de massa e quando possível participar de nichos de mercado com produtos de maior valor agregado para propiciar melhor qualidade de vida aos assentados. Além desses, outros desafios internos também aparecem como empecilhos: a) Planejar e organizar a produção; b) Massificar a cooperação; c) Trabalho político e ideológico permanente; d) Garantir a direção política na região; e) Preparação de quadros políticos e técnicos; f) Garantir acesso a alfabetização e escolarização.⁹²

Em Santa Catarina a primeira ocupação ocorreu na fazenda denominada Burro Branco em 1980, esse ato passou a ser considerado como a fundação do MST em Santa Catarina. A fazenda, que era dos irmãos Taborda, tinha uma área de 6.375 hectares localizada no município de Campo Erê e, nela entraram 200 famílias de Sem-Terra.⁹³ Posteriormente foram ocupadas outras fazendas pelo MST, a exemplo da antiga Fazenda Sandra no município de Abelardo Luz, no dia 25 de maio de 1984, hoje assentamento 25 de Maio.⁹⁴

Em 25 de Maio de 1985, cerca de 2.000 famílias também ocuparam terras do oeste catarinense, onde permaneceram acampadas quase 2 anos (algumas mais) à espera de assentamento. As famílias que estavam organizadas para as ocupações, saíram de 18 municípios da região oeste catarinense: Abelardo Luz, São Domingos, Gaivão, São Lourenço do Oeste, Campos Erê, Ipumirim, Águas de Chapecó, Pinhalzinho, Saudades, Quilombo, Coronel Freitas, Álibi, Anchieta, São Miguel do Oeste, Palmitos, Caxambú do Sul, Romelândia e Descanso.⁹⁵

Em 23 de abril de 2002, mais de 200 famílias ocuparam a Fazenda Seringa, na Linha Água Amarela, em Chapecó. O acampamento foi nomeado Dom José Gomes, em homenagem ao bispo da igreja católica, da Diocese de Chapecó, cuja atuação foi fundamental para a organização de vários movimentos sociais, entre eles, o MST. As famílias permaneceram na condição de acampamento por sete

⁹² Idem.

⁹³ CAMPIGOTO, José Adilson. **O MST em Santa Catarina: Narrativa de um trabalhador rural**. Blumenau: Edifurb, 2006.

⁹⁴ SEM TERRA EM TERRA SC. 30 anos de lutas e conquistas. Boletim Informativo dos Trabalhadores Rurais SC, maio de 2015. Fonte: <<http://sindaspisc.org.br/documentos/Arquivos%20diversos/jstpadrao3edicao2.pdf>>.

⁹⁵ LISBOA, Teresa Kleba. **A luta dos Sem Terra no oeste catarinense**. Disponível em : <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/viewFile/5415/4770>>

anos, até que o INCRA tomou posse da área, destinando-a para Reforma Agrária, em 09 de setembro de 2008. Para a permanência das famílias, foi fundamental o apoio que tiveram de entidades e movimentos sociais. Atualmente o Assentamento Dom José Gomes tem 32 famílias residentes, cultivando e organizando-se de forma coletiva.⁹⁶

Conforme dados do INCRA (2017)⁹⁷, sobre as informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária no Estado de Santa Catarina, tem-se um total de 5.175 famílias assentadas, distribuídas em 161 assentamentos cuja área total é aproximadamente 103.636,95 hectares.

Quadro 3 Localização dos assentamentos do MST em Santa Catarina, 2015 (Continua)

Brigada	Município	Nº de famílias
Brigada 25 de Maio (24 assentamentos)	Abelardo Luz	938 famílias
	Bom Jesus	
	Coronel Martins	
Brigada Vale do Contestado (25 assentamentos)	Água doce	548 famílias
	Catanduva	
	Passos maia	
	Ponte serrada	
	Vargeão	
	Vargem bonita	
Brigada Luta Camponesa (15 assentamentos)	Jose Boiteux	272 famílias
	Monte Castelo	
	Papanduva	
	Santa Terezinha	
	Vidal Ramos	
	Vitor Meireles	
	Bela Vista do Toldo	
	Canoinhas	
	Irineópolis	

Fonte: Dados de 3.683 famílias visitadas pela ATER/SC (78,03% do total).

⁹⁶ ONGHERO, Andre Luiz; ARGENTA, Denise; ROCHA, Douglas Satirio da. **OCUPAR, RESISTIR, PRODUZIR: O movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Oeste catarinense e a construção da cidadania.** Chapecó, 2015. Acesso em: 09/09/2019. Disponível em: <<https://www.unochapeco.edu.br/static/data/portal/galerias/arquivos/68/1307.pdf>>.

⁹⁷ INCRA. Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Incra nos Estados - Informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária.** Disponível em: <painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acesso em: 02 de fev. 2019.

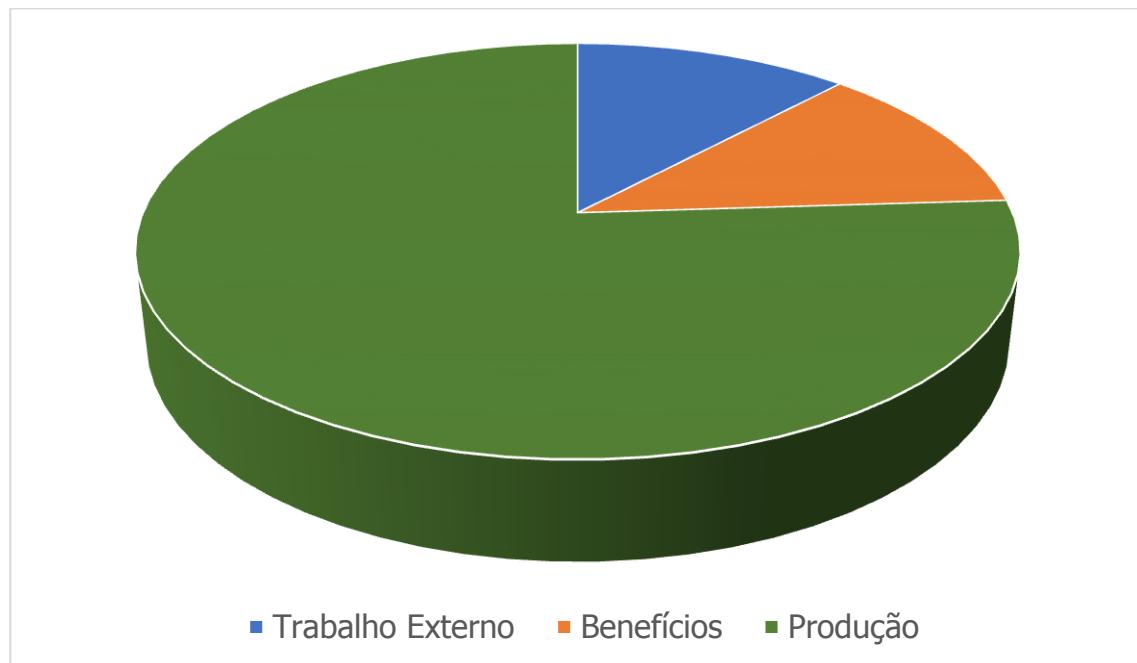
Quadro 4 Localização dos assentamentos do MST em Santa Catarina, 2015 (Conclusão)

Brigada	Município	Nº de famílias
Brigada Mitíco	Grande Florianópolis e região	-----
Brigada Justino Draszevski (13 Assentamentos)	Anchieta	363 famílias
	Bandeirante	
	Barra Bonita	
	Campo Ere	
	Chapecó	
	Dionísio Cerqueira	
	Palma Sola	
	Paraiso	
	Romelândia	
	S.J. Cedro	
Brigada Euclides Rodrigues (Kide) (40 assentamentos)	Caçador	Total: 1.229 famílias
	Calmon	
	Matos Costa	
	Campos Novos	
	Vargem	
	Fraiburgo	
	Lebon Regis	
	Monte Carlo	
	Campo Belo do Sul	
	Correia Pinto	
	Curitibanos	
	Ponte Alta	

Fonte: Dados de 3.683 famílias visitadas pela ATER/SC (78,03% do total).

A composição da renda das famílias assentadas é resultado predominante da produção nas propriedades (76%), seguido pelo trabalho externo e benefícios concedidos pelo governo.

Gráfico 6 Composição da renda em Santa Catarina



A formação da renda nos assentamentos de Santa Catarina está concentrada principalmente na produção de leite e fumo. Mais da metade das famílias assentadas no estado tem como renda a produção de leite, chegando a um total de 31.648.335 de litros por ano.⁹⁸ Como já visto no subtítulo “o Leite no oeste catarinense” a escolha da produção de leite se dá em relação ao custo e o fato de ser considerada uma renda mensal. Segundo funcionário da Cooperoeste entrevistado:

“a possibilidade de o leite ser um produto rentável depende da forma que se vai trabalhar, pode ser rentável ou custosa. Na região oeste em que o foco é a agricultura a atividade leiteira é mais fácil de se começar, algumas vacas, um equipamento de ordenha, um espaço para a ordenha. Então não tem grandes custos para ingressar na atividade.”⁹⁹

Ainda segundo o funcionário:

“O que se é mais levado em conta é que a renda do leite é mensal. Nenhuma outra atividade da agricultura tem uma renda mensal, é isso que mais leva as pessoas a procurar essa atividade”¹⁰⁰

⁹⁸ SEM TERRA EM TERRA SC. **30 anos de lutas e conquistas.** Boletim Informativo dos Trabalhadores Rurais SC, maio de 2015. Fonte: <<http://sindaspisc.org.br/documents/Arquivos%20diversos/jstpadrao3edicao2.pdf>>.

⁹⁹ Entrevista realizada pela autora durante visita a Cooperativa Cooperoeste em 2019.

¹⁰⁰ Entrevista realizada pela autora durante visita a Cooperativa Cooperoeste em 2019.

Tabela 9 Formação da Renda – Principais Produtos em Santa Catarina

Produto	Valor Bruto da Produção	Nº de Produtores
	VBR (mil reais)	
Leite	R\$ 17.770	3.965
Fumo	R\$ 17.739	1.292
Feijão	R\$ 7.739	4.495
Mandioca	R\$ 6.705	3.221
Milho	R\$ 5.434	2.095
Soja	R\$ 3.867	565

Fonte: INCRA. Disponível em: < http://www.incra.gov.br/media/reforma_agraria/questao_agraria/pqra%20-%20apresentao.pdf >

4 GÊNESE E EVOLUÇÃO DA COOPEROESTE

4.1 TRAJETÓRIA DE UMA INICIATIVA PIONEIRA

A Cooperoeste está localizada na maior bacia leiteira do estado de SC. Sua consolidação está vinculada aos assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra na região. A elevação da participação das Igrejas Católica e Protestante em um contexto marcado pelas fortes desigualdades sociais e fortalecimento do marxismo e da Teologia da Libertação na América Latina, foram importantes aliadas para a formação e conscientização dos camponeses em relação as precárias condições de vida destes, utilizando, sempre, a argumentação bíblica, para amparar seu posicionamento. É nesse viés que a partir da década de 1970, a igreja católica cria a Comissão Pastoral da Terra – CPT. Esse órgão foi organizado em todo o território nacional e, a partir daí, iniciou-se um processo de formação de base. O trabalho realizado pelas Igrejas por meio da CPT, que direcionou as ações na luta pela terra, a modernização agrícola que gerou concentração da propriedade da terra e o contexto de abertura política, no início dos anos 1980, possibilitaram a criação dos movimentos sociais nacionais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

O embrião da Cooperoeste é a Associação 25 de Maio, criada com a finalidade de intermediar a comercialização dos produtos, buscando um melhor preço tanto para a venda dos produtos como para a compra dos insumos.

A construção da cooperativa tinha como objetivo agregar maior valor à produção de leite das famílias assentadas. No início essa produção era vendida a Cooperativa Alfa, que pagava um valor muito baixo chegando a menos de R\$ 0,10 centavos durante o verão devido as “extras cotas” de leite¹⁰¹, pois, o agricultor necessitava manter uma cota de produção de leite durante o ano todo, se essa cota não fosse atingida os preços eram reduzidos e consequentemente causavam prejuízos aos produtores corriam o risco de ser excluídos da produção.

A primeira tentativa de ser gerar renda para as famílias não foi com o leite e sim através da comercialização de suínos, que não teve êxito devido a quantidade pequena de produção que não agregava grande valor e os insumos produzidos não

¹⁰¹ Idem.

eram o suficiente, não tendo quantidade para estocar¹⁰². Além desses problemas estruturais a suinocultura é uma atividade que necessita grandes investimentos em estrutura fixa e financeira, o que não permitiu que os colonos se integrassem a ela. Com essas dificuldades impostas pela suinocultura, a bovinocultura de leite, se mostrou como atividade vantajosa para os pequenos produtores. O grande poder de absorção de mão de obra, possibilita a descentralização das unidades que podem ser mais bem distribuídas no espaço geográfico favoreceram as pequenas propriedades.¹⁰³

Sendo assim, com intuito de absorver a produção de leite dos assentamentos de São José do Cedro, Anchieta e de São Miguel do Oeste e consequentemente promover desenvolvimento econômico e social para as famílias dos assentamento, em 1996 foi criada no município de Barra Bonita/SC (distrito de São Miguel do Oeste na época das ocupações) a Associação dos Agricultores 25 de Maio (marca Terra Viva) industrializando em torno de 300 litros de leite (tipo C) por dia¹⁰⁴.

A Associação 25 de Maio, encontrou várias limitações: a) falta de conhecimento de mercado - fez com que a indústria perdesse muita produção de leite e queijo nos primeiros tempos; b) região limitada - pois contempla só o assentamento 25 de Maio e c) curta durabilidade do leite tipo C - prazo de validade de apenas quatro dias.¹⁰⁵

De acordo com entrevista, realizada com trabalhador da Cooperoeste durante a pesquisa de campo, a finalidade de se construir uma cooperativa era de se absorver a produção de leite das famílias assentadas e agregar valor a ela. Uma alternativa estudada para agregar valor a produção de leite seria a construção de uma Queijaria no município Anchieta no Oeste catarinense, a ideia não foi concretizada.

O aumento na produção de leite nos assentamentos e na região surgiu a necessidade de ampliação da capacidade industrial, em 1998 foi criada a Cooperativa Regional de Comercialização do Extremo Oeste (Cooperoeste), indústria de leite Longa Vida e derivados, localizada em São Miguel do Oeste/SC.

¹⁰² FERNANDES, Jocilaine Mezomo. **A sustentabilidade na Cooperoeste: desafios da autogestão**. Pato Branco, 2013. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/738/1/PB_PPGDR_M_Fernandes%2C%20Jocilaine%20Mezomo_2013.pdf>.

¹⁰³ Idem.

¹⁰⁴ DIAS, Ana. **A história da Cooperoeste**. Disponível em: <jornalggn.com.br/blog/luisnassif/a-historia-da-cooperoeste>. Acesso em: 13 de mar. 2017.

¹⁰⁵ ZANIN, Elis Regina Mulinari; MACHADO, Nelson Santos; SEHNEM, Simone. **Comportamento estratégico segundo a teoria de Miles e Snow: estudo de caso em agroindústria do Oeste de Santa Catarina**. Disponível em: <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rgo/article/viewFile/888/660>>. Acesso em: 13 de mar. 2017.

A produção do leite esterilizado favoreceu o transporte a longas distâncias. Contudo, este tipo de produto exige o aumento continuado da produção, o que não seria plausível nos limites produtivos dos assentamentos. A busca de aumentar o suprimento de leite junto a agricultores fora dos assentamentos se constitui no principal desafio enfrentado pela Cooperoeste.¹⁰⁶

O crédito, que foi o primeiro investimento de grande porte no estado, financiado pelo extinto Procera (Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária), era destinado a Reforma Agrária, cujos assentados tinham acesso a R\$ 20.000,00 por família, sendo 50% para aplicar na propriedade rural e 50% para aplicar em cooperativas ou associações. O objetivo de criar uma cooperativa regional, se fundamentava na exclusão de vários assentamentos da cadeia produtiva desenvolvida pela Associação 25 de Maio. A indústria estava localizada dentro do assentamento e acabava por abarcar somente sua produção.

Com 120 associados de vários assentamentos de Santa Catarina (Anchieta, Palma Sola, Dionísio Cerqueira e São José do Cedro) e o montante de R\$ 1.200.000,00 foi possível fundar a Cooperativa Regional de Comercialização do Extremo Oeste.

Quadro 5 Demonstrativo da participação dos associados fundadores da Cooperoeste		
Quantidade de Associados	Localização	Município - Estado
21	Assentamento 26 de Outubro	São Miguel do Oeste - SC
19	Comunidade Dois Irmãos	São Miguel do Oeste – SC
14	Assentamento 25 de Maio	São Miguel do Oeste - SC
48	Assentamento 21 de Novembro	São José do Cedro - SC
24	Assentamento Imperatriz	São José do Cedro - SC
93	Assentamento São Mateus	São José do Cedro - SC
21	Assentamento Aparecida	Anchieta – SC
16	Assentamento Sanga Azul	Anchieta – SC

Fonte: Ata constitutiva/ FERNANDES, Jocilaine Mezomo. **A sustentabilidade na Cooperoeste: desafios da autogestão.** Pato Branco, 2013. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/738/1/PB_PPGDR_M_Fernandes%2C%20Jocilaine%20Mezomo_2013.pdf>. Acesso em: 01 de set.2017.

¹⁰⁶ MIOR, Luiz Carlos. **Agricultores familiares, agroindústrias e território: a dinâmica das redes de desenvolvimento rural no Oeste Catarinense.** Florianópolis, 2003. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/87731/203189.pdf.txt?sequence=2>>. Acesso em: 13 de mar. 2017.

A Cooperoeste foi fundada inicialmente em 20 de julho de 1996 no Assentamento São Mateus, município de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina. No município de São José do Cedro havia apenas alguns associados mas não havia uma sede física. A escolha do local de implantação da fábrica da Cooperoeste se deu por incentivo do município, inicialmente São José do Cedro e São Miguel do Oeste ofereceram os mesmos incentivos, entretanto São Miguel do Oeste destaca-se por ser o município polo da região sendo considerado referência para o extremo oeste e deter maior infraestrutura.

Quadro 6 Empresas em atividade no município de São Miguel do Oeste – SC – 2019	
Empresas	Quantidade
Empresas Industriais em Atividades:	186
Empresas Comerciais em Atividades:	1.044
Prestação de Serviços:	1.759
Propriedades Rurais:	1.050
Agências Bancárias:	05
Cooperativas de Crédito	05
Microempreendedor Individual	654

Fonte: Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste. Disponível em:<<https://www.saomiguel.sc.gov.br/municipio/3/dados-estatisticos>>. Acesso em 10 de out. 2017

Em setembro de 1997 a pedra fundamental da Cooperoeste foi lançada, em São Miguel do Oeste – SC, na BR 163, Linha Bela Vista das Flores, onde se encontra a sede atual da indústria. Seu funcionamento começou em 1999.

Figura 6 Símbolo da Cooperoeste

71



Fonte: acervo da própria autora, 2019.

Em seu início a indústria contava com apenas uma máquina que envasava 30.000 litros por dia e que só utilizava embalagens importadas da International Paper, o que inviabilizou sua utilização, pois o imposto para a importação da mesma era muito elevado. Em 2001, a cooperativa fez uma parceria com a cooperativa uruguaia Conaprole , para conseguir o fornecimento de máquinas envasadoras da Tetra Pak, objetivando baratear os custos com embalagens e aumentar a capacidade de produção do leite UHT (longa vida) para 330 mil litros/dia. Com a aquisição da máquina da Tetra Pak, a Cooperoeste passou a produzir, UHT com a marca própria Terra Viva, e através de terceirização, para a marca uruguaia Conaprole, e para as marcas brasileiras Cedrense e Rei Alta.¹⁰⁷

¹⁰⁷ SOUZA, Joel José de. **Gênesis e Desenvolvimento da Indústria de Laticínios na região Oeste Catarinense.** Florianópolis: UFSC, 2009.

4.2 A COOPEROESTE HOJE

Atualmente, a Cooperoeste representada pelas marcas Terra Viva e Amanhecer, é a maior referência da reforma agrária no Brasil entre as inúmeras existentes. Mensalmente recebe comitivas de cooperativas de vários estados do Brasil e até de outros países.¹⁰⁸

Figura 7 Cooperoeste - Industria de leite longa Vida em São Miguel do Oeste/ SC



Fonte: acervo da própria autora, 2019.

A Cooperoeste conta com uma Sede em São Miguel do Oeste/SC - Industria Leite longa Vida e mais 5 filiais distribuídas em:¹⁰⁹

FILIAL 1 Agropecuária São Miguel do Oeste/Santa Catarina

FILIAL 2 Industria de Conservas São Jose do Cedro/Santa Catarina

FILIAL 3 Mercado/Vet. Abelardo Luz/Santa Catarina

FILIAL 4 Posto Resfriamento Leite Abelardo Luz/Santa Catarina

FILIAL 5 Posto de Resfriamento Leite Rio Bonito do Iguaçu/Paraná

A Cooperoeste é filiada a Cooperativa Central da Reforma Agrária sediada em Chapecó – Santa Catarina. A Cooperativa Central congrega as Cooperativas do Movimento Sem Terra. A marca Terra Viva, que traz a história de luta dos movimentos sociais foi criada pela Cooperativa Central e a Cooperoeste paga

¹⁰⁸ JORNAL O LÍDER. **Cooperoeste, 19 anos e mais de 900 associados.** Disponível em: <wh3.com.br/olider/noticia/135982/cooperoeste-19-anos-e-mais-de-900-associados-.html>. Acessado em: 13 de mar. 2017.

¹⁰⁹ Campanha de 20 anos Cooperoeste. Disponível em: <www.iica.org.br/download/ApresentacaoCooperoeste.pdf>. Acessado em: 13/03/2017.

royalties pelo uso da marca, que tem como estratégia a fixação no mercado. Segundo funcionário entrevistado:

Terra viva é a marca desde sempre, desde que foi fundada a cooperativa, ela não é uma marca da cooperativa Cooperoete, ela é uma marca da Cooperativa Central da Reforma Agrária e a Cooperoeste paga um valor para usar a marca Terra Viva (a maior produção da cooperoste de São Miguel do Oeste se dá para a marca Terra Viva)¹¹⁰

A marca Terra Viva surgiu como uma necessidade de melhor competir no mercado, fazendo com que todos os produtos oriundos da reforma agrária tivessem a mesma marca criando uma identidade o que possibilitou melhor competição no mercado. As cores e símbolos escolhidos pela marca Terra Viva tem como padrão o verde para simbolizar o respeito pela natureza, o azul para representar a ligação com a água, e a cor vermelha que significa a luta das famílias assentadas para fazer valer seus direitos e necessidades, principalmente em relação à terra. Os dois pinheiros são símbolos do cooperativismo a nível mundial e refletem a força e resistência dos associados. E o símbolo externo – a engrenagem - representa o funcionamento do cooperativismo e sua interdependência entre as pessoas.¹¹¹

A marca Amanhecer, lançada em 2013 é de propriedade da Cooperoeste. O lançamento dessa outra marca é uma opção de mercado, onde a cooperativa cria uma identidade própria para além da já existente, além de não precisar pagar os royalties.

A Cooperoeste tem muitos concorrentes diretos na produção industrial, cerca de 30 indústrias e todas as indústrias fazem captação, industrialização e venda do leite. Segundo entrevistado:

“o Oeste é uma grande bacia leiteira e isso faz com que as indústrias se instalem na região, isso porque o leite é um produto muito delicado de se trabalhar. A fiscalização exigiu que vários prazos sejam cumpridos para quem deseja trabalhar com o leite. Por exemplo: a um tempo máximo que deve ser obedecido entre onde será feita a coleta e onde se dará o resfriamento do leite. Isso fez com que a Piracanjuba instalasse uma filial em Maravilha”.¹¹²

A Cooperativa Regional de Reforma Agrária (Cooperoeste) foi responsável, em 2001, pela segunda maior arrecadação de impostos do município de São Miguel d'Oeste, perdendo apenas para o frigorífico de suínos da Cooperativa Central Oeste

¹¹⁰ Entrevista realizada pela autora durante visita a cooperoeste, 2019.

¹¹¹ BRASIL, Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo. COOPERATIVA REGIONAL DE COMERCIALIZAÇÃO DO EXTREMO OESTE. Acesso em: 25/09/2019. Disponível em: <vitrine.mda.gov.br/produtor/01435328000101/index.html>.

¹¹² Entrevista realizada pela autora durante visita a cooperoeste, 2019.

Catarinense¹¹³. No ano de 2007 foram gerados 7, 9 milhões em impostos, essa excelente arrecadação vêm conferindo o Troféu “O Guarani” desde 2001, instituído pela Secretaria de Desenvolvimento da Prefeitura Municipal¹¹⁴.

A CooperOeste comercializa o leite UTH (Longa Vida) nos estados de Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo sendo responsáveis respectivamente por 45,60%, 41,52%, 10,50% e 2,36% da comercialização, conforme tabela abaixo.

Tabela 10 Comercialização da Cooperoeste por Estado

Estado	Valor em Porcentagem	Quantidade Cidades	Quantidade Cliente/Fornecedor
Paraná	45,60	167	1944
Santa Catarina	41,52	182	937
Rio Grande do Sul	10,50	73	639
São Paulo	2,36	10	32
Total	100%	432	3552

Fonte: **Campanha de 20 anos Cooperoeste.** Disponível em: <www.iica.org.br/download/ApresentacaoCooperoeste.pdf>. Acesso em: 13 de mar.2017.

O baixo alcance da comercialização se dá devido a pouca produtividade que não permite a expansão da comercialização. Em entrevista com funcionário da cooperoete destaca-se que os maiores consumidores das marcas estão concentrados em Florianópolis e Curitiba. A região oeste tem pouco consumo da marca. Como estratégia para melhorar essa situação da comercialização da marca na região oeste e reduzir gastos de transporte a Cooperoete passou a investir na venda de leite para a região.

¹¹³ MIOR, Luiz Carlos. **Agricultores familiares, agroindústrias e território: a dinâmica das redes de desenvolvimento rural no Oeste Catarinense.** Florianópolis, 2003. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/87731/203189.pdf.txt?sequence=2>>. Acessado em: 13/03/2017.

¹¹⁴ COOPERAR. Cooperativa Regional de Comercialização do Extremo Oeste. Disponível em: <www.cooperar.org.br/node/12>. Acessado em: 13 de mar. 2017.

Tabela 11 COOPEROESTE – 20 Maiores Clientes entre Janeiro e Junho de 2016

Cliente/Fornecedor	Valor total item	% total do valor	Quantidad e cliente/fornecedores	UF	Rankin g
Comercial de Secos e Molhados Dal Pozzo Ltda.	4.010.605,40	3,63%	1	PR	1º
Bistek Supermercados Ltda.	2.780.481,60	2,52%	12	SC	2º
Tozetto & Cia. Ltda.	2.612.707,80	2,37%	5	PR	3º
Giassi & Cia. Ltda.	2.087.409,60	1,89%	13	SC	4º
Supermercado Jacomar Ltda.	1.588.732,80	1,44%	10	PR	5º
Abimar Supermercados Ltda.	1.473.789,60	1,33%	1	SC	6º
Macro atacado Krolow Ltda.	1.369.566,15	1,24%	1	RS	7º
Oesa Comércio e Representações Ltda.	1.267.330,74	1,15%	1	SC	8º
WMS Supermercados do Brasil Ltda.	1.243.689,63	1,13%	12	SC	9º
Cerealista Martendal Ltda.	1.242.681,45	1,13%	1	SC	10º
Supermercados Imperatriz Ltda.	1.220.131,20	1,10%	1	SC	11º
Camaqua Distribuidora Ltda.	1.206.774,84	1,09%	1	RS	12º
Distribuidora Havita Ltda.	1.053.437,90	0,95%	1	SC	13º
Batista & Izepe Ltda.	988.687,20	0,90%	1	PR	14º
Superviza Supermercados Eireli.	938.900,55	0,85%	4	SC	15º
Gusto & Henri Supermercados Ltda.	926.977,28	0,84%	5	PR	16º
Octaviano Zandonai & Cia Ltda.	908.841,60	0,82%	2	SC	17º
Super. Rosa Ltda.	897.484,89	0,81%	1	SC	18º
Comercio de Gen Aliment São Miguel Arcanjo	890.105,40	0,81%	3	SC	19º
Supermercado Bavaresco Ltda.	789.816,00	0,72%	6	PR	20º

Fonte: **Campanha de 20 anos Cooperoeste**. Disponível em: <www.iica.org.br/download/ApresentacaoCooperoeste.pdf>. Acesso em: 13 de mar.2017.

Hoje a Cooperoeste conta com um fluxo de coleta de aproximadamente 350 mil litros de leite ao dia na matriz. As origens deste leite são de cooperativas, produtores associados e não associados. A cooperoeste integra a produção de onze municípios do Oeste catarinense (Bandeirante, Paraiso, São Miguel do Oeste, Barra Bonita, São Jose do Cedro, Anchieta, Romelandia, Abelardo Luz, Passos Maia, Dionísio Cerqueira e Palma Sola) onde se localizam dezoito assentamentos.

Quadro 7 Assentamentos que fornecem leite para a cooperoeste 2018	
Bandeirante	Assentamento Bandeirante
Paraíso	Assentamento Três Passos
São Miguel do Oeste	Assentamento 26 de Outubro Assentamento 08 de Março
Barra Bonita	Assentamento 25 de Maio
São José do Cedro.	Assentamento São Mateus Assentamento 21 de Novembro Assentamento Imperatriz.
Anchieta	Assentamento 25 de Maio Assentamento Sanga Azul e Linha Aparecida.
Romelândia.	Assentamento Rosário
Abelardo Luz	Assentamento 25 de Maio Assentamento José Maria
Passos Maia	Assentamento Água Doce Assentamento Zumbi dos Palmares Assentamento Conquista
Dionísio Cerqueira.	Assentamento Conquista na Fronteira (Cooperunião),
Palma Sola	Assentamento São Luiz,

Fonte: Programação das pré-assembleias da Cooperoeste (dias e horários). Disponível em: <<http://www.terravivasc.com.br/site/noticia/64-programacao-das-pre-assembleias-da-cooperoeste-dias-e-horarios>>. Acesso em: 13 de mar. 2017.

A COOPEROESTE também presta serviço para outras indústrias onde recebe os insumos e as embalagens, como por exemplo: Choco Leite- choco leite - Jaraguá do Sul/SC; Stefanello – Doce de Leite – Rodeio Bonito/ RS; Taskerbras - Sorvete - Barão de Cotegipe/ RS. A Cooperoeste conta atualmente com 966 associados, 1842 produtores, 34 freteiros, 187 transportadores distribuídos nas filiais e matriz.¹¹⁵ A cooperativa atualmente funciona 24 horas por dia e todos os dias da semana. Em períodos de baixa na produção a cooperativa chegou a parar de funcionar aos domingos. A cooperoeste segue um cronograma de produção e consegue fazer de dois a três produtos diferentes. O leite é tirado na propriedade e vai para o caminhão, o caminhão coletor é terceirizado. Ainda na propriedade é feito uma coleta da amostra, se o leite estiver dentro do padrão é feito o carregamento. Depois de carregado o caminhão é feito a higienização do caminhão e somente depois é aberto o tanque.

¹¹⁵ Idem.

Quadro 8 Setores da Coopereste por turno de funcionamento	
Setor	Turnos de Funcionamento / Horário
Caldeira	Turno 1: 23h20 – 07h11 Turno 2: 06h55 – 15h25 Turno 3: 15h15 – 23h:32
Plataforma	Turno 1: 23h20 – 07h11 Turno 2: 06h55 – 15h25 Turno 3: 15h15 – 23h:32
Manutenção	Turno 1: 23h20 – 07h11 Turno 2: 06h55 – 15h25 Turno 3: 15h15 – 23h:32 Turno C: 06 h:00 – 17h00
Empilhadeira da Produção	Turno 1: 23h20 – 07h11 Turno 2: 06h55 – 15h25 Turno 3: 15h15 – 23h:32
Processo	Turno 1: 23h20 – 07h11 Turno 2: 06h55 – 15h25 Turno 3: 15h15 – 23h:32
Envase	Turno 1: 23h20 – 07h11 Turno 2: 06h55 – 15h25 Turno 3: 15h15 – 23h:32
Frios	Turno 1: 05-35h – 18:35h Turno 2: 18:00 – 06:06
Balança	Turno 1: 05:55h – 18h30h Turno 2: 18:20h – 06:28h
Laboratório Microbiológico	Turno: 06h55-15:25
Encaixotamento	Turno 1: 23h20 – 07h11 Turno 2: 06h55 – 15h25 Turno 3: 15h15 – 23h:32
Pasteurização	Turno 1: 23h20 – 07h11 Turno 2: 06h55 – 15h25 Turno 3: 15h15 – 23h:32

Fonte: Mural da Coopereste, data: 20/09/2019

O leite é armazenado em silos que tem capacidade para 825 mil litros,. Atualmente a Cooperoeste trabalha com 340 mil litros de leite por dia. Desse leite são coletadas várias amostras onde são feitas uma série de análises no leite - a acidez é um dos problemas mais recorrentes e é através desses testes que se detecta fraudes que servem para mascarar problemas no leite.

Figura 8 Silos de armazenagem do leite - Cooperoeste



Fonte: acervo da própria autora, 2019

Figura 9 Cooperoeste - Processo de industrialização



Fonte: acervo da própria autora, 2019

De acordo com entrevistas a infraestrutura (máquinas e equipamentos) da Cooperoeste foi melhorada conforme o aumento da coleta de leite. A indústria está sempre buscando se modernizar.

Atualmente em virtude da política de mercado adotada pelo governo a empresa está passando por dificuldades, a soma dos gastos de produção (matéria prima, transporte, embalagem, mão de obra, água, energia, manutenção, juros das linhas de crédito etc.) se equipara ao valor do produto. O faturamento mensal da cooperativa é de 20 milhões/mês.

Figura 10 Cooperoeste - Processo de industrialização



Fonte: acervo da própria autora, 2019

Figura 11 Cooperoeste - Processo de industrialização



Fonte: acervo da própria autora, 2019

Figura 12 Cooperoeste - Processo de industrialização



Fonte: acervo da própria autora, 2019

Figura 13 Cooperoeste - Processo de industrialização - Resíduos



Fonte: acervo da própria autora, 2019

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

I. A região Oeste de Santa Catarina teve sua colonização intermediada por empresas colonizadoras, que adquiriram grandes áreas e as dividiam em colônias. As terras eram ofertadas a colonos descendentes de europeus (italianos, alemães, poloneses etc.) que viviam no Rio Grande do Sul.

II. Nas pequenas propriedades, as famílias produziam tanto para a subsistência (policultura) como para o comércio local e regional (monocultura). O desenvolvimento de atividades mercantis e a subordinação de proprietários que acumulam perante os despossuídos vai desencadear uma diferenciação social e a formação de um exército de reserva.

III. A origem do capital acumulado, se desdobrou nos atuais frigoríficos. As casas comerciais e os abatedouros do Oeste catarinense compravam os suínos de vários pequenos produtores, num verdadeiro processo de subordinação do médio capital comercial sobre os pequenos proprietários intensificando a diferenciação social dentro da pequena propriedade, agora não mais do homem sobre o homem, mas também do grande capital sobre a pequena propriedade.

IV. A subordinação das pequenas propriedades ao sistema de integrados e a industrialização dos derivados de suínos e aves, com a nacionalização completa da economia regional e com a formação de um complexo que une a agricultura à indústria faz a transição do mercantilismo para o industrial.

V. A origem do cooperativismo no sul do Brasil está associada aos interesses dos agricultores e do Estado, visto que os primeiros queriam ascensão econômica e o rompimento com as ações “usurpadoras” dos grandes comerciantes e capitalistas, e o segundo precisava financiar a estrutura agroindustrial cooperativa para ampliar o processo de substituição de importações.

VI. A produção de leite exercia um papel secundário na unidade produtiva, sendo conciliada com atividades “mais rentáveis”, como suinocultura e avicultura, a fragilidade do produto e a inexistência de tecnologia exigia da produção estar localizada próxima de núcleos urbanos. A partir da década de 1960, com a expansão da fronteira agrícola no Oeste Catarinense e o surgimento dos primeiros laticínios, esta região passou a ser a principal bacia leiteira de Santa Catarina.

VII. A importância das cooperativas na produção de leite é ainda maior, uma vez que estruturalmente o setor é tradicionalmente muito pulverizado, composto por

milhares de pequenos produtores, além do fato tratar-se de um produto sem possibilidade de estocagem ou proteção em mercados financeiros.

VIII. O leite é o produto agropecuário que mais emprega no Estado, são cerca de 45 mil produtores de leite. Além disso a renda do produto é mensal o que da maior segurança ao produtor e não é tão elevado os investimentos necessários para ingressar na produção.

IX. A concentração fundiária, problema existente desde o período colonial brasileiro, arrasta-se ainda sem solução. A não realização da reforma agrária, prometida em 1964 com o Estatuto da Terra e a colonização oficial, atraiendo e depois abandonando os colonos em áreas pioneiras sem condições de vida e escoamento de produção deram origem ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

X. O desafio inicial na constituição de um movimento dos Trabalhadores Rurais soberano e unificado estava na mudança da percepção dos camponeses após obterem a Terra. O assentado após conquistar a terra tornava-se um pequeno proprietário (a produção ia para seu auto sustento e o excedente para o mercado). Esse pensamento individualista gerava uma divergência interna de interesses, enquanto o MST lutava pela Reforma Agrária os indivíduo “Sem Terra” lutavam pela terra e após conquistar passavam a produzir individualmente.

XI. A partir de 1984 a questão da produção torna-se preocupante dentro do MST. O número de assentados e assentamentos aumentam, mas as famílias continuam na miséria. A necessidade de construir uma solução famílias junto as famílias fazem-se multiplicar as experiências de cooperação, via associação.

XII. Para o MST o cooperativismo não representa apenas uma nova relação de produção, e sim uma forma de resistência ao modelo capitalista de desenvolvimento econômico marcado no meio rural pela expropriação das terras. O MST via na cooperação a principal saída para a organização do trabalho e viabilidade econômica da produção.

XIII. Com intuito promover desenvolvimento econômico e social para as famílias dos assentamentos, em 1996 foi criada no município de Barra Bonita/SC a Associação dos Agricultores 25 de Maio. A associação tinha objetivo de compartilhar insumos e organizar a produção dos assentados. Inicialmente se optou em desenvolver a suinocultura, a falta de recursos não permitiu a continuidade da produção. Observando o desenvolvimento regional foi constatado que a produção de

leite seria mais vantajosa e possível. A Associação foi transformada em cooperativa. A cooperocoeste integra a produção de dezoito assentamentos distribuídos em onze municípios do Oeste catarinense, promovendo a inserção destas famílias a economia regional.

REFERÊNCIAS

1. SANTOS, M. **Espaço e Sociedade**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1982. p. 14
2. CHOLLEY, A. **Observações sobre alguns pontos de vista geográficos**. Boletim geográfico. Rio de Janeiro: CNG, n. 179 e 180. 1964, p. 140.
3. GELINSKI NETO, F. **Tecnologia na Agricultura**: produtividade e renda, 2012. Disponível em: <<http://fgelneto.paginas.ufsc.br/files/2011/08/TEC-NA-AGRICULTURA-VERS%C3%83O-FINAL-CORRIGIDA.pdf>>. Acesso em: 25 de ago.2019.
4. Idem.
5. GIALDI, F. **Maravilha**: Sua terra, sua gente, sua história. EST Edições. Porto Alegre, 1993. P. 28.
6. BARBOSA, J. A. **O município**. Brusque, 1972. P.7 apud GIALDI, Francisco. Maravilha: Sua terra, sua gente, sua história. EST Edições. Porto Alegre, 1993. P.30.
7. ALBA, R. S. **Estudos de geografia agrária do Oeste catarinense**. Chapecó: Argos, 2008.
8. Idem.
9. Idem.
10. RODRIGUES, M. L.; NEUMANN, R. M.. **Colônias e colonizadoras na região Oeste de Santa Catarina**: a atuação da Companhia Territorial Sul Brasil (1925 a 1950). In: XXVIII Simpósio nacional de História - lugares dos historiadores: velhos e novos desafios. Florianópolis- SC, 2015. Disponível em: <www.snh2015.anpuh.org/resources/analises/39/1434423276_ARQUIVO_ColoniasecolonizadorasnaregiaoOestedeSantaCatarina.pdf> Acesso em: 25 de ago. 2019.
11. WAIBEL, L. **Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: SUPREN/IBGE, 1979.

12. PERTILE, N. **Formação do Espaço Agroindustrial em Santa Catarina: o Processo de Produção de Carnes no Oeste Catarinense.** Florianópolis: UFSC, 2008.
13. RODRIGUES, M. L; NEUMANN, R. M. **Colônias e colonizadoras na região Oeste de Santa Catarina:** a atuação da Companhia Territorial Sul Brasil (1925 a 1950). In: XXVIII Simpósio nacional de História - lugares dos historiadores: velhos e novos desafios. Florianópolis- SC, 2015. Disponível em:<www.snh2015.anpuh.org/resources/nais/39/1434423276_ARQUIVO_ColoniascolonizadorasnaregioOestedeSantaCatarina.pdf> Acesso em: 25 de ago.2019.
14. SILVESTRO, M.L. **As transformações da agricultura família e estratégias de reprodução:** o caso do Oeste. Rio de Janeiro: UFRRJ, 1995.
15. ESPÍNDOLA, C. J. **As agroindústrias do Oeste catarinense:** o caso Sadia. São Paulo: USP, 1996.
16. KONRAD, J; SILVA, C.A. **Agricultura familiar no Oeste catarinense:** da colônia à integração. XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária/ Territórios em disputa: Os desafios da Geografia Agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro. UFU: Uberlândia, 2012.
17. ESPÍNDOLA, C.J. **As agroindústrias do Oeste catarinense:** o caso Sadia. São Paulo: USP, 1996.
18. GOULARTI FILHO, A. **Padrões de crescimento e diferenciação econômica em Santa Catarina.** Campinas, 2001.
19. MIOR; F. et al. Redes, agroindustriais familiares e os novos mercados em Santa Catarina. In ESTEVAN; MIOR. **Inovações na Agricultura Familiar:** As Cooperativas descentralizadas em Santa Catarina. Editora Insular. Florianópolis, 2014.
20. Idem.
21. MAMIGONIAN, A. **A indústria de Santa Catarina:** dinamismo e estrangulamento – Estudos de geografia econômica e social, série livros geográficos. Florianópolis 2011, Vol. IV, 2011, p. 73 – 120.
22. GOULARTI FILHO, A. **Padrões de crescimento e diferenciação econômica em Santa Catarina.** Campinas, 2001.
23. Idem.

24. GOULARTI FILHO, A. **Padrões de crescimento e diferenciação econômica em Santa Catarina.** Campinas, 2001.
25. Idem.
26. Idem
27. Idem.
28. MIOR; F. et al. Redes, agroindustriais familiares e os novos mercados em Santa Catarina. In ESTEVAN; MIOR. **Inovações na agricultura familiar:** As Cooperativas descentralizadas em Santa Catarina. Editora Insular. Florianópolis, 2014.
29. Idem.
30. GRAZIANO DA SILVA, 1996, apud PAULILLO, 1997 apud GELINSKI NETO, Francisco. **Tecnologia na Agricultura:** produtividade e renda, 2012. Disponível em: <<http://fgelneto.paginas.ufsc.br/files/2011/08/TEC-NA-AGRICULTURA-VERS%C3%83O-FINAL-CORRIGIDA.pdf>>. Acesso em: 25 de ago. 2019.
31. GELINSKI NETO, Francisco. **Tecnologia na Agricultura:** produtividade e renda, 2012. Disponível em: <<http://fgelneto.paginas.ufsc.br/files/2011/08/TEC-NA-AGRICULTURA-VERS%C3%83O-FINAL-CORRIGIDA.pdf>>. Acesso em: 25 de ago.2019.
32. BENETTI, E. **O agronegócio no PIB de SC.** Disponível em: <<https://www.nsctotal.com.br/colunistas/estela-benetti/o-agronegocio-no-pib-de-sc>>. Acesso em: 06 de fev.2019.
33. BRASIL, Ministério da Economia INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS. **Base de dados do comex stat.** Disponível em: <www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/base-de-dados-do-comercio-exterior-brasileiro-arquivos-para-download>. Acesso em: 15 de jan. 2019.
34. MOREIRA, Janine. **A perspectiva do agricultor frente ao modelo modernizador:** o caso dos produtores de leite de Presidente Getúlio/SC. Florianópolis: UFSC/CFH, 1994
35. KONRAD, Joice. **A organização espacial da atividade leiteira em Santa Catarina: uma realidade em transformação?** XVI Encontro Nacional de Geógrafos: Porto Alegre, 2010.

36. COLI, L. E. J. **Analise da dinâmica do sistema produtivo de leite do estado de Santa Catarina.** Florianópolis: UFSC, 1992 apud SOUZA, Joel José de. Gêneses e Desenvolvimento da Indústria de Laticínios na região Oeste Catarinense. Florianópolis: UFSC, 2009.
37. COLI, L.E. J. Analise da dinâmica do sistema produtivo de leite do estado de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 1992 apud KONRAD, Joice. **A organização espacial da atividade leiteira em Santa Catarina:** uma realidade em transformação? XVI Encontro Nacional de Geógrafos: Porto Alegre, 2010.
38. ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS DE 1956, 2009 apud KONRAD, Joice. A organização espacial da atividade leiteira em Santa Catarina: uma realidade em transformação? XVI Encontro Nacional de Geógrafos: Porto Alegre, 2010
39. TESTA et al, 1996 aoud ANSCHAU, Cleusa Teresinha; SCHÄEDLER, Peterson Fernando; JULIANI, Lucélia Ivonete. A agropecuária do Oeste Catarinense, sob um olhar transdisciplinar. Revista Científica Tecnológica - Uceff Faculdades, V.1, n.1, 2014.
40. ACCS, 2011 apud ANSCHAU, C. T.; SCHÄEDLER, P. F.; JULIANI, L. I. **A agropecuária do Oeste Catarinense, sob um olhar transdisciplinar.** Revista Científica Tecnológica - Uceff Faculdades, V.1, n.1, 2014.
41. ANSCHAU, C. T; SCHÄEDLER, P.F.; JULIANI, L. I.. **A agropecuária do Oeste Catarinense, sob um olhar transdisciplinar.** Revista Científica Tecnológica - Uceff Faculdades, V.1, n.1, 2014.
42. MELLO, M. A. **A trajetória da produção e transformação do leite no Oeste catarinense e a busca de vias alternativas.** Florianópolis: UFSC: 1998 apud KONRAD, Joice. A organização espacial da atividade leiteira em Santa Catarina: uma realidade em transformação? XVI Encontro Nacional de Geógrafos: Porto Alegre, 2010.
43. JOCHIMS, Felipe; DORIGON, Clovis; PORTES, Vagner Miranda. **O leite para o Oeste Catarinense Agropecuária Catarinense.** Florianópolis, v.29, n.3, set./dez. 2016
44. Idem.
45. Idem.
46. Idem.

47. Brasil. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Cooperativismo**. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. – Brasília: Mapa/SDC/DENACOOP, 2008. P.7.
48. Idem.
49. ALVES, Adriana. **Cooperativismo avícola e o Desenvolvimento Sócioeconômico em Palotina**. Curitiba, 2007. Disponível em: <<https://img.fae.edu/galeria/getImage/108/1547417863152686.pdf>>. Acesso em: 05 de ago. 2019.
50. Brasil. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Cooperativismo**. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. – Brasília: Mapa/SDC/DENACOOP, 2008.
51. ALVES, André Gustavo de Miranda Pineli. **As cooperativas Agropecuárias e o BRDE**, 2003.
52. VARGAS, Getúlio. **DECRETO Nº 22.239 DE 19 DE DEZEMBRO DE 1932**. República dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D22239.htm>. Acesso em: 15 de mar. 2017
53. 55 GONÇALVES, Ricardo Carvalho. **A Evolução do Cooperativismo Agropecuário no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2012.
54. BRDE, BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL. **As cooperativas agropecuárias e o BRDE**: histórico, situação atual e perspectivas. 2003. Disponível em: <www.brde.com.br/media/brde.com.br/doc/estudos_e_pub/As%20Cooperativas%20Agropecuarias%20e%20o%20BRDE.pdf>. Acesso em: 16 de mar. 2017.
55. Idem.
56. Idem.
57. SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA. **A força das cooperativas agropecuárias no Brasil**. 2013. Disponível em: <<http://sna.agr.br/a-forca-das-cooperativas-agropecuarias/>>. Acesso em: 16 de mar. 2017.
58. UNICOPAS, União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias. **Quem somos**. Disponível em: <unicopas.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 07 de maio 2019.

59. BENETTI, M. D. **Origem e formação do cooperativismo empresarial no Rio Grande do Sul**: uma análise do desenvolvimento da COTRIJUI, COTRISA e FECOTRIGO - 1957/1980. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1992.
60. FARIAS, F. R. **O cooperativismo agropecuário no sul do Brasil**. São Paulo: XI Encontro nacional da ANPEGE: a diversidade da Geografia brasileira- escalas e dimensões da análise e da ação, 2015.
61. SILVESTRIN, A. **Badanese a geração de um pioneiro**. 2 ed. Chapecó, coleção biografias, 1999 apud FARIAS, Fernando Rodrigo. O cooperativismo agropecuário no sul do Brasil. São Paulo: XI Encontro nacional da ANPEGE: a diversidade da Geografia brasileira- escalas e dimensões da análise e da ação, 2015.
62. Idem.
63. FARIAS, F. R. **O cooperativismo agropecuário no sul do Brasil**. São Paulo: XI Encontro nacional da ANPEGE: a diversidade da Geografia brasileira- escalas e dimensões da análise e da ação, 2015.
64. ALVES, Adriana. **Cooperativismo avícola e o desenvolvimento socioeconômico em Palotina**. Curitiba, 2007. Disponível em: <<https://img.fae.edu/galeria/getImage/108/1547417863152686.pdf>>. Acessado em: 03 de mar. 2019.
65. BRDE, BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL. **As cooperativas agropecuárias e o BRDE**: histórico, situação atual e perspectivas. 2003. Disponível em: <www.brde.com.br/media/brde.com.br/doc/estudos_e_pub/As%20Cooperativas%20Agropecuarias%20e%20o%20BRDE.pdf>. Acesso em: 16 de mar. 2017.
66. G1 GLOBO. **Crescimento no setor cooperativista de SC é maior que a média nacional**. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2015/04/crescimento-no-setor-cooperativista-de-sc-e-maior-que-media-nacional.html>>. Acesso em 16 de mar. 2017.
67. SC RURAL. **GRUPO “Sabor no campo” de Ituporanga é exemplo de cooperativismo**. Disponível em: <<http://www.scrural.sc.gov.br/?cat=61>>. Acesso em: 06 de maio 2019.

68. CARVALHO, M. P. **Cooperativismo lácteo no Brasil:** desafios e oportunidades. São Paulo: 2003. Disponível em: <<https://www.milkpoint.com.br/cadeia-do-leite/artigos-especiais/cooperativismo-lacteo-no-brasil-desafios-e-oportunidades-8625n.aspx>>. Visualizado em: 10 de abr. 2017.
69. CARVALHO, M. P. **Cooperativismo lácteo no Brasil:** desafios e oportunidades. São Paulo: 2003. Disponível em: <<https://www.milkpoint.com.br/cadeia-do-leite/artigos-especiais/cooperativismo-lacteo-no-brasil-desafios-e-oportunidades-8625n.aspx>>. Visualizado em: 10 de abr. 2017.
70. PAULILO, M. I. S. **Leite:** produção familiar, mercado e saúde pública. 2001. Disponível em: <1naf.ufsc.br/files/2010/08/Leite-prod.pdf>. Acesso em: 19/03/2017.
71. Gráficos do 1 ao 4, Fonte: OCESC, Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina. **Dados do Cooperativismo de Santa Catarina**, 20018. Disponível em: <http://admin.ocesc.org.br/padrao_itens/arquivos/107.pdf>. Acesso em: 25 maio. 2019.
72. CPT, Comissão Pastoral da Terra. Conflitos de Terra no Brasil, 1985. Fonte: <<https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/conflitos-no-campo-brasil>>. Acesso em 26 de maio 2019.
73. PLATAFORMA S.I.L.B. **O sistema sesmarial.** Fonte: <www.silb.cchla.ufrn.br/o-sistema-sesmarial>. Acesso em: 25 de maio. 2019.
74. CAMACHO, R.S. **A histórica concentração fundiária de Brasil:** estudo de caso do município de Paulicéia/SP. Geografia em questão V.04, N. 01, 2011, pág. 43-60. Fonte: <e-revista.unioeste.br/index.php/geoemquestao/article/viewFile/4439/3663>. Acesso em: 26 de maio. 2019.
75. UNB, Universidade de Brasília. **Realidade agrária brasileira.** Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/realidade/2-assentamentos-rurais>>. Acesso em: 30 de maio. 2019.
76. CONCRAB, Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil. **Sistema Cooperativista dos Assentados.** caderno de cooperação Agrícola Nº 5. São Paulo, 1997. Disponível em: <www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Cadernos%20de%20coopera%C3%A7%C3%A3o%20agricola%20n%205.pdf>. Acesso em: 05 de fev. 2019.
77. Idem.

78. Idem.
79. Idem.
80. Idem.
81. BORGES, J. L. **Bases históricas do Cooperativismo no MST**. Revista fato&versões / n. 3 v. 2 / p.157-173 / 2010.
82. CONCRAB, Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil. Sistema Cooperativista dos Assentados. **caderno de cooperação Agrícola Nº 5**. São Paulo, 1997. Disponível em: <www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Cadernos%20de%20cooperação%20agricola%20nº%205.pdf>. Acesso em: 05 de fev. 2019.
83. Idem.
84. Idem.
85. Idem.
86. Idem.
87. Idem.
88. Idem.
89. Idem.
90. CAMPIGOTO, J.A. **O MST em Santa Catarina**: Narrativa de um trabalhador rural. Blumenau: Edifurb, 2006.
91. SEM TERR EM TERRA SC. **30 anos de lutas e conquistas**. Boletim Informativo dos Trabalhadores Rurais SC, maio de 2015. Fonte: <<http://sindaspisc.org.br/documentos/Arquivos%20diversos/jstpadrao3edicao2.pdf>>. Acesso em: 05 de fev. 2019.

92. LISBOA, Teresa Kleba. A luta dos Sem Terra no oeste catarinense. Disponível em : <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/viewFile/5415/4770>> Acesso em: 03 de fev. 2019.
93. CAMPIGOTO, José Adilçon. O MST em Santa Catarina: Narrativa de um trabalhador rural. Blumenau: Edifurb, 2006.
94. SEM TERR EM TERRA SC. **30 anos de lutas e conquistas**. Boletim Informativo dos Trabalhadores Rurais SC, maio de 2015. Fonte: <<http://sindaspisc.org.br/documentos/Arquivos%20diversos/jstpadrao3edicao2.pdf>>. Acesso em: 03 de fev. de 2019.
95. LISBOA, Teresa Kleba. **A luta dos Sem Terra no oeste catarinense**. Disponível em : <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/viewFile/5415/4770>> Acesso em: 23 de jun. 2019.
96. ONGHERO, A.; ARGENTA, D; ROCHA, D. S. da. **OCUPAR, RESISTIR, PRODUZIR:** O movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Oeste catarinense e a construção da cidadania. Chapecó, 2015. Disponível em: <<https://www.unochapeco.edu.br/static/data/portal/galerias/arquivos/68/1307.pdf>>. Acesso em: 12 de set. 2019.
97. INCRA. Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Incra nos Estados - **Informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária**. Disponível em: <[painei.incra.gov.br/sistemas/index.php](http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php)>. Acessado em: 02 de fev. 2019.
98. SEM TERRA EM TERRA SC. 30 anos de lutas e conquistas. Boletim Informativo dos Trabalhadores Rurais SC, maio de 2015. Fonte: <<http://sindaspisc.org.br/docum.ents/Arquivos%20diversos/jstpadrao3edicao2.pdf>>. Acesso em 02 de set. 2019.
99. Entrevista realizada pela autora durante visita a Cooperativa Cooperoeste em 2019.
100. Entrevista realizada pela autora durante visita a Cooperativa Cooperoeste em 2019.
101. Idem.
102. FERNANDES, J. M. A sustentabilidade na Cooperoeste: desafios da autogestão. Pato Branco, 2013. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/738/1/PB_PPGDR_M_Fernandes%2C%20Jocilaine%20Mezomo_2013.pdf>. Acesso em: 05 de fev. 2019.

103. Idem.

104. DIAS, A. **A história da Cooperoeste**. Disponível em: <jornalggm.com.br/blog/luisnassif/a-historia-da-cooperoeste>. Acesso em: 13 de mar. 2017.

105. ZANIN, E. R. M.; MACHADO, N. S.; SEHNEM, S.. **Comportamento estratégico segundo a teoria de Miles e Snow**: estudo de caso em agroindústria do Oeste de Santa Catarina. Disponível em: <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rgo/article/viewFile/888/660>>. Acesso em: 13 de mar. 2017.

106. MIOR, L. C. **Agricultores familiares, agroindústrias e território**: a dinâmica das redes de desenvolvimento rural no Oeste Catarinense. Florianópolis, 2003. Disponível em:<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/87731/203189.pdf.txt?sequence=2>. Acesso em: 13 de mar. 2017.

107. SOUZA, Joel José de. Gênese e Desenvolvimento da Indústria de Laticínios na região Oeste Catarinense. Florianópolis: UFSC, 2009.

108. JORNAL O LÍDER. Cooperoeste, 19 anos e mais de 900 associados. Disponível em: <wh3.com.br/olider/noticia/135982/cooperoeste-19-anos-e-mais-de-900-associados-.html>. Acesso em: 13 de mar. 2017.

109. Campanha de 20 anos Cooperoeste. Disponível em: <www.iica.org.br/download/ApresentacaoCooperoeste.pdf>. Acessado em: 13 de mar. 2017.

110. Entrevista realizada pela autora durante visita a cooperoeste, 2019.

111. BRASIL, Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo. COOPERATIVA REGIONAL DE COMERCIALIZAÇÃO DO EXTREMO OESTE. Disponível em: <vitrine.mda.gov.br/produtor/01435328000101/index.html>. Acesso em: 25 de set. 2019.

112. Entrevista realizada pela autora durante visita a cooperoeste, 2019.

113. MIOR, Luiz Carlos. Agricultores familiares, agroindústrias e território: a dinâmica das redes de desenvolvimento rural no Oeste Catarinense. Florianópolis, 2003. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/87731/203189.pdf.txt?sequence=2>>. Acessado em: 13 de mar. 2017.

114. COOPERAR. Cooperativa Regional de Comercialização do Extremo Oeste. Disponível em: <www.cooperar.org.br/node/12>. Acesso em: 13 de mar.2017.

BIBLIOGRAFIA

ALBA, Rosa Salete. **Estudos de geografia agrária do Oeste catarinense.** Chapecó: Argos, 2008.

ALVES, Adriana. **Cooperativismo avícola e o desenvolvimento socioeconômico em Palotina.** Curitiba, 2007. Disponível em: <<https://img.fae.edu/galeria/getImage/108/1547417863152686.pdf>>. Acesso em: 03 de mar.2019.

ALVES, André Gustavo de Miranda Pineli. **As cooperativas Agropecuárias e o BRDE,** 2003.

ANSCHAU, Cleusa Teresinha; SCHÄEDLER, Peterson Fernando; JULIANI, Lucélia Ivonete. **A agropecuária do Oeste Catarinense, sob um olhar transdisciplinar.** Revista Científica Tecnológica - Uceff Faculdades, V.1, n.1, 2014.

BENETTI, Estela. **O agronegócio no PIB de SC.** Disponível em: <<https://www.nsctotal.com.br/colunistas/estela-benetti/o-agronegocio-no-pib-de-sc>>. Acesso em: 06 de fev.2019.

BORGES, Juliano Luis. **BASES HISTÓRICAS DO COOPERATIVISMO NO MST.** Revista fato&versões / n. 3 v. 2 / p.157-173 / 2010.

Brasil. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Cooperativismo. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. – Brasília: Mapa/SDC/DENACOOP, 2008. P.7.

BRASIL, Ministério da Economia INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS. **Base de dados do comex stat.** Disponível em: <www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/base-de-dados-do-comercio-exterior-brasileiro-arquivos-para-download>. Acesso em: 15 de jan.2019.

BRASIL, Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo. **COOPERATIVA REGIONAL DE COMERCIALIZAÇÃO DO EXTREMO OESTE**. Disponível em: <vitrine.mda.gov.br/produtor/01435328000101/index.html>. Acesso em: 25 de set.2019.

BRDE, BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL. **As cooperativas agropecuárias e o BRDE**: histórico, situação atual e perspectivas. 2003. Disponível em: <www.brde.com.br/media/brde.com.br/doc/estudos_e_pub/As%20Cooperativas%20Agropecuarias%20e%20o%20BRDE.pdf>. Acesso em: 16 de mar.2017.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **A histórica concentração fundiária de Brasil**: estudo de caso do município de Paulicéia/SP. Geografia em questão V.04, N. 01, 2011, pág. 43-60. Fonte: <e-revista.unioeste.br/index.php/geoemquestao/article/viewFile/4439/3663>. Acesso em: 17 de jan. 2019.

CAMPIGOTO, José Adilçon. **O MST em Santa Catarina**: Narrativa de um trabalhador rural. Blumenau: Edifurb, 2006.

CARVALHO, Marcelo Pereira de. **Cooperativismo lácteo no Brasil**: desafios e oportunidades. São Paulo: 2003. Disponível em: <<https://www.milkpoint.com.br/cadeia-do-leite/artigos-especiais/cooperativismo-lacteo-no-brasil-desafios-e-oportunidades-8625n.aspx>>. Acesso em: 10 de abr.2017.

CHOLLEY, A. **Observações sobre alguns pontos de vista geográficos**. Boletim geográfico. Rio de Janeiro: CNG, n. 179 e 180. 1964, p. 140.

CONCRAB, Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil. **Sistema Cooperativista dos Assentados**. caderno de cooperação Agrícola Nº 5. São Paulo, 1997. Disponível em: <www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Cadernos%20de%20cooperaçao%20agricola%20nº%205.pdf>. Acesso em: 05 de fev.2019.

COOPERAR. **Cooperativa Regional de Comercialização do Extremo Oeste**. Disponivel em: <www.cooperar.org.br/node/12>. Acesso em: 13 de mar.2017.

CPT, Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos de Terra no Brasil**, 1985. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/conflitos-no-campo-brasil>>. Acesso em: 15 de mar. 2019.

DIAS, Ana. **A história da Cooperoeste**. Disponível em: <jornalggn.com.br/blog/luisnassif/a-historia-da-cooperoeste>. Acesso em: 13 de mar.2017.

ESPÍNDOLA, Carlos José. **As agroindústrias do Oeste catarinense: o caso Sadia**. São Paulo: USP, 1996.

ESTEVAN; MIOR. **Inovações na Agricultura Familiar: As Cooperativas descentralizadas em Santa Catarina**. Editora Insular. Florianópolis, 2014.

FARIAS, Fernando Rodrigo. **O cooperativismo agropecuário no sul do Brasil**. São Paulo: XI Encontro nacional da ANPEGE: a diversidade da Geografia brasileira-escalas e dimensões da análise e da ação, 2015.

FERNANDES, Jocilaine Mezomo. **A sustentabilidade na Cooperoeste: desafios da autogestão**. Pato Branco, 2013. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/738/1/PB_PPGDR_M_Fernandes%2C%20Jocilaine%20Mezomo_2013.pdf>. Acesso em: 01 de jun.2019.

G1 GLOBO. **Crescimento no setor cooperativista de SC é maior que a média nacional**. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2015/04/crescimento-no-setor-cooperativista-de-sc-e-maior-que-media-nacional.html>>. Acesso em 16 de mar.2017.

GELINSKI NETO, Francisco. **Tecnologia na Agricultura**: produtividade e renda, 2012. Disponível em: <<http://fgelneto.paginas.ufsc.br/files/2011/08/TEC-NA-AGRICULTURA-VERS%C3%83O-FINAL-CORRIGIDA.pdf>>. Acesso em: 25 de ago.2019.

GIALDI, Francisco. **Maravilha: Sua terra, sua gente, sua história**. EST Edições. Porto Alegre, 1993. P.30.

GONÇALVES, Ricardo Carvalho. **A Evolução do Cooperativismo Agropecuário no Brasil.** Porto Alegre: UFRGS, 2012.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Padrões de crescimento e diferenciação econômica em Santa Catarina.** Campinas, 2001.

INCRA. Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Incra nos Estados - Informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária.** Disponível em: <painel.incra.gov.br/sistemas/index.php> Acesso em: 02 de fev.2019.

JORNAL O LÍDER. **Cooperoeste, 19 anos e mais de 900 associados.** Disponível em: <wh3.com.br/olider/noticia/135982/cooperoeste-19-anos-e-mais-de-900-associados-.html>. Acesso em: 13 de mar.2017.

JOCHIMS, Felipe; DORIGON, Clovis; PORTES, Wagner Miranda. **O leite para o Oeste Catarinense Agropecuária Catarinense.** Florianópolis, v.29, n.3, set./dez. 2016

KONRAD, Joice. **A organização espacial da atividade leiteira em Santa Catarina: uma realidade em transformação?** XVI Encontro Nacional de Geógrafos: Porto Alegre, 2010.

LISBOA, Teresa Kleba. **A luta dos Sem Terra no oeste catarinense.** Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/viewFile/5415/4770>> Acesso em: 15 de mar. 2018.

MIOR, Luiz Carlos. **Agricultores familiares, agroindústrias e território:** a dinâmica das redes de desenvolvimento rural no Oeste Catarinense. Florianópolis, 2003. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/87731/203189.pdf.txt?sequence=2>>. Acesso em: 13 de mar.2017.

MOREIRA, Janine. **A perspectiva do agricultor frente ao modelo modernizador:** o caso dos produtores de leite de Presidente Getúlio/SC. Florianópolis: UFSC/CFH, 1994

OCESC, Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina. Dados do Cooperativismo de Santa Catarina, 20018. Disponível em: <http://admin.oce.c.org.br/padrão_itens/arquivos/107.pdf>. Acesso em 25 de mai.2019.

ONU, Organização das Ações Unidas. Recenseamento Global das Cooperativas: resultados de 2014. Disponível em: <<https://www.un.org/esa/socdev/documents/2014/coopsegm/grace.pdf>>. Acesso em: 02 de mai.2019.

ONGHERO, Andre Luiz; ARGENTA, Denise; ROCHA, Douglas Satiro da. **OCUPAR, RESISTIR, PRODUZIR:** O movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Oeste catarinense e a construção da cidadania. Chapecó, 2015.. Disponível em: <<https://www.unochapeco.edu.br/static/data/portal/galerias/arquivos/68/1307.pdf>>. Acesso em: 09 de set.2019

PAULILO, Maria Ignez Silveira. **Leite:** produção familiar, mercado e saúde pública. 2001. Disponível em: <1naf.ufsc.br/files/2010/08/Leite-prod.pdf>. Acesso em: 19 de mar.2017.

PERTILE, Noeli. **Formação do Espaço Agroindustrial em Santa Catarina:** o Processo de Produção de Carnes no Oeste Catarinense. Florianópolis: UFSC, 2008.

PIAZZA, Walter Fernando; HUBENER, Laura Machado. **Santa Catarina História da Gente.** Florianópolis,: Lunardelli, 1983.

PLATAFORMA S.I.L.B. **O sistema sesmarial.** Disponível em: <www.silb.cchla.ufrn.br/o-sistema-sesmarial>. Acesso em: 19 de mar.2019.

Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste. Disponível em:<<https://www.saomiguel.sc.gov.br/municipio/3/dados-estatisticos>>. Acesso em: 22 de mar.2019.

RODRIGUES, Márcio Luiz; NEUMANN, Rosane Márcia. Colônias e colonizadoras na região Oeste de Santa Catarina: a atuação da Companhia Territorial Sul Brasil (1925 a 1950). In: **XXVIII Simpósio nacional de História - lugares dos historiadores: velhos e novos desafios**. Florianópolis- SC, 2015. Disponível em: <www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434423276_ARQUIVO_ColoniascolonizadorasnaregiaoOestedeSantaCatarina.pdf>. Acesso em: 09 de mar. 2019

SANTOS, M. **Espaço e Sociedade**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1982. p. 14

SC RURAL. **GRUPO “Sabor no campo” de Ituporanga é exemplo de cooperativismo**. Disponível em: <<http://www.scrural.sc.gov.br/?cat=61>>. Acesso em: 06 de mai.2019.

SEM TERRA EM SC. **30 anos de lutas e conquistas**. Boletim Informativo dos Trabalhadores Rurais SC, maio de 2015. Disponível em: <http://sindaspisc.org.br/documents/Arquivos%20diversos/jstpadrao3edicao2.pdf>. Acesso em: 06 de jun.2019.

SILVESTRO, Milton Luiz. **As transformações da agricultura família e estratégias de reprodução: o caso do Oeste**. Rio de Janeiro: UFRRJ, 1995.

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA. **A força das cooperativas agropecuárias no Brasil**. 2013. Disponível em: <<http://sna.agr.br/a-forca-das-cooperativas-agropecuarias/>>. Acesso em: 16 de mar.2017.

SOUZA, Joel José de. **Gênese e Desenvolvimento da Indústria de Laticínios na região Oeste Catarinense**. Florianópolis: UFSC, 2009.

TOMPOROSKI, Alexandre Assis. **Entre o patrão e o coronel**: a atuação da Lumber Company e as disputas políticas no pós-Contestado, 1917-1920. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

UNB, Universidade de Brasília. **Realidade agrária brasileira.** Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/realidade/2-assentamentos-rurais>>. Acesso em: 30 de mai.2019.

UNICOPAS, União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias. **Quem somos.** Disponível em: <unicopas.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 07 de mai.2019.

WAIBEL, Leo. **Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil.** 2. ed. Rio de Janeiro: SUPREN/IBGE, 1979.

WELTER, Liane. **O espaço Geográfico do Oeste Catarinense e sua Cartografia Ambiental.** 2006. 91 f. Dissertação em Geografia Humana. São Paulo. 2006.

ZANIN, Elis Regina Mulinari; MACHADO, Nelson Santos; SEHNEM, Simone. **Comportamento estratégico segundo a teoria de Miles e Snow: estudo de caso em agroindústria do Oeste de Santa Catarina.** Disponível em: <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rgo/article/viewFile/888/660>>. Acesso em: 13 de mar.2017.